

PARTE V - ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

5.1 - AÇÃO SETORIAL DO GOVERNO

5.1.1. Presidência da República

O desempenho das atividades implementadas no âmbito da Presidência da República consiste na inter-relação de ações de uma diversidade de órgãos/entidades que desempenham uma série de Funções e Subfunções de governo. Dessa forma, este relatório consiste em uma exposição complexa sobre as atividades e ações desempenhadas por unidades das mais distintas naturezas. A relatoria dessa rica malha de atuações consiste em um esforço em apresentar uma ação conjugada, no sentido de prover a Presidência da República dos meios necessários à implementação de funções e subfunções de governo que reflitam a importância de setores estratégicos de sua atuação. No âmbito da Presidência da República, espelhado por uma análise dos orçamentos alocados, percebe-se uma concentração de interesses em alguns setores de atuação governamental, haja vista o percentual de participação no orçamento fiscal e de seguridade do Poder Executivo Federal:

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO DAS FUNÇÕES DA PR EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO - 2009

FUNÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA DA PR	%
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	2.075.178.360,00	40,23
04 - ADMINISTRAÇÃO	2.073.776.184,00	10,97
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	270.096.167,00	3,04
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	442.180.585,00	0,15
14 - DIREITOS DO CIDADÃO	1.025.085.815,00	54,70
20 - AGRICULTURA	441.650.412,00	2,45
26 - TRANSPORTE	1.935.738.928,00	10,02
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	2.417.362,00	0,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.819.468,00	0,53

Destacam-se as Funções: “Direitos do Cidadão” e “Essencial à Justiça” seguidas pelas Funções “Administração” e “Transporte”, como sendo aquelas que apresentam maior percentual no âmbito dos orçamentos do Poder Executivo Federal executados pelos órgãos/entidades vinculados à Presidência da República. Essas importâncias relativas das Funções de governo são comprovadas pelo estudo mais detalhado de suas participações em relação aos orçamentos da própria Presidência da República, que, em 2009, apresentou a seguinte distribuição:

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO DAS FUNÇÕES EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - 2009

FUNÇÕES	DOTAÇÃO	%
03 - ESSENCIAL A JUSTICA	2.075.178.360,00	24,80
04 - ADMINISTRACAO	2.073.776.184,00	24,79
06 - SEGURANCA PUBLICA	270.096.167,00	3,23
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	442.180.585,00	5,28
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	1.025.085.815,00	12,25
20 - AGRICULTURA	441.650.412,00	5,28
26 - TRANSPORTE	1.935.738.928,00	23,14
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	2.417.362,00	0,03
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	100.819.468,00	1,20
TOTAL	8.366.943.281,00	100,00

1 - A função “Agricultura” não será abordada no relatório da Presidência da República, em face da criação do Ministério da Pesca (Lei 11.958, de 26 de junho de 2009, que dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura); e

2 - A função “Previdência Social” também não será abordada no relatório da PR, em face da pouca relevância em relação à função concentrada no Ministério da Previdência Social, bem como as funções: “Segurança Pública”, Encargos Especiais’ e “Reserva de Contingência”.

Em termos de execução orçamentária, no ano de 2009, referente às quatro principais funções anteriormente destacadas, tem-se que:

10 PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES

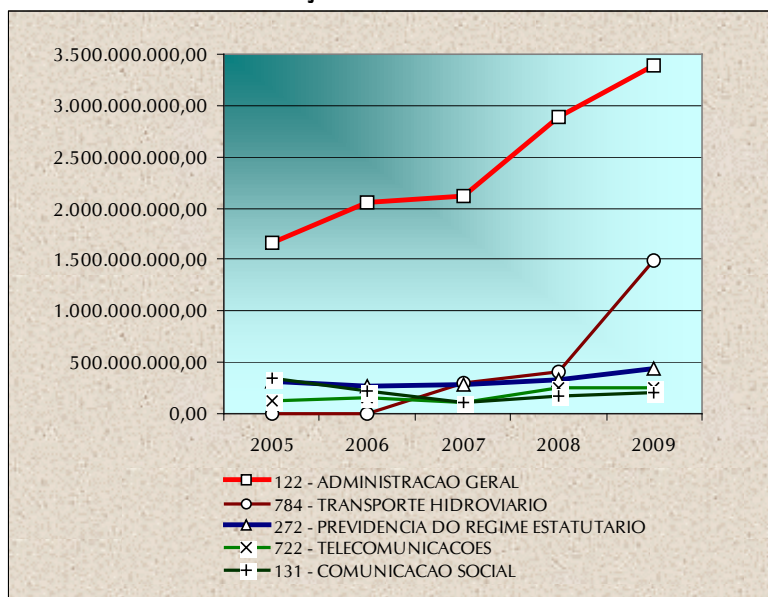
SUBFUNÇÃO	EMPENHOS EMITIDOS LIQUIDADOS 2009	%
122 - Administração Geral	3.382.435.830,04	51,07
784 - Transporte Hidroviário	1.485.484.780,63	22,24
272 - Previdência do Regime Estatutário	432.113.726,43	6,27
722 - Telecomunicações	248.399.711,08	3,71
131 - Comunicação Social	211.713.181,20	3,17
366 - Educação de Jovens e Adultos	158.020.471,59	2,36
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	121.028.365,88	1,81
126 - Tecnologia da Informação	92.317.967,78	1,46
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	80.178.517,44	1,20
128 - Formação de Recursos Humanos	53.556.683,83	0,85

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE 10 PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES DE 2009

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
122 - Administração Geral	1.668.399.166,90	2.055.161.295,84	2.123.720.303,57	2.881.590.298,04	3.382.435.830,04
784 - Transporte Hidroviário	0,00	0,00	293.540.106,12	413.215.699,56	1.485.484.780,63
272 - Previdência do Regime Estatutário	319.140.355,46	263.104.754,18	277.254.060,07	331.258.022,71	432.113.726,43
722 - Telecomunicações	124.433.786,86	150.447.853,11	115.289.384,25	244.447.303,51	248.399.711,08
131 - Comunicação Social	339.351.061,29	224.502.666,70	107.213.980,34	176.811.706,66	211.713.181,20
366 - Educação de Jovens e Adultos	12.388.175,30	9.598.343,00	7.009.439,35	0,00	158.020.471,59
422 - Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	33.210.546,70	38.760.395,41	54.081.758,68	88.941.325,80	121.028.365,88
126 - Tecnologia da Informação	8.240.400,60	2.364.514,12	6.636.757,84	79.155.494,14	92.317.967,78
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	40.414.127,32	47.823.474,36	60.713.167,58	60.579.887,95	80.178.517,44
128 - Formação De Recursos Humanos	12.983.766,03	18.950.686,69	32.582.187,19	40.980.227,16	53.556.683,83

Pela evolução histórica da execução orçamentária, percebe-se um incremento constante e gradativo em todas as subfunções, em conformidade com o aperfeiçoamento das ações de implementação dos programas e criação de condições para a consubstanciação das ações decorrentes, conforme se pode verificar nos gráficos a seguir:

SUBFUNÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS



Nas cinco primeiras subfunções acima descritas, alguns fatores que explicam as alterações apresentadas durante dos últimos cinco anos são:

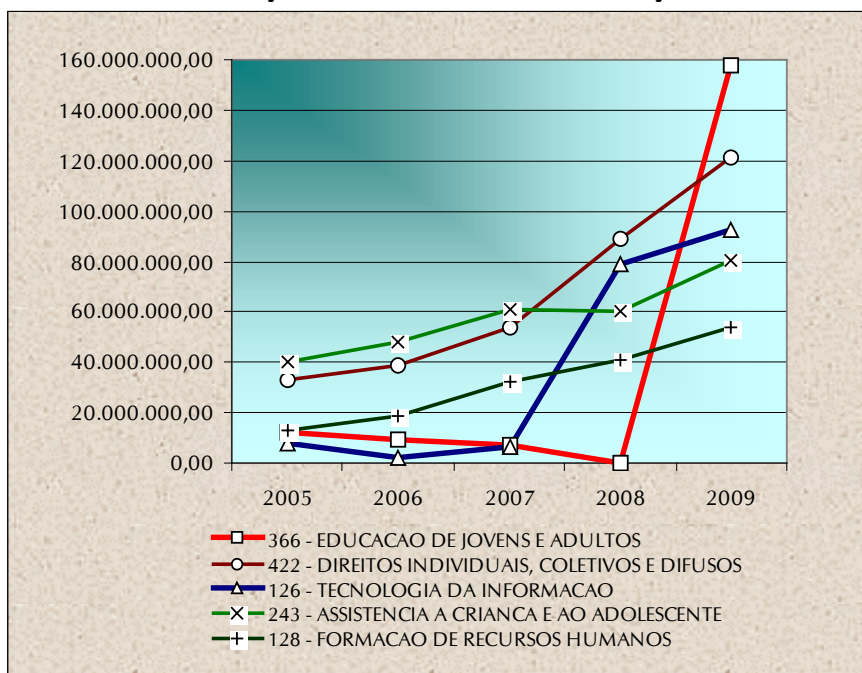
1) em relação à subfunção “Administração Geral”, o crescimento das estruturas dos órgãos vinculados à PR, em especial a CGU e AGU, com a realização de novas contratações de servidores, reestruturação de carreiras e vencimentos, assunção de encargos com folha de pagamento e ampliação da atuação dos órgãos; e

2) em relação à subfunção “Transporte Hidroviário”, a criação da Secretaria Especial de Portos, em 2007 e o desenvolvimento das ações do Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC) promoveram um incremento significativo do investimento no setor.

Em relação às demais subfunções apresentadas como sendo as mais significativas, observamos que ocorreram subsequentes aumentos dos respectivos gastos, em especial por se tratarem, em grande parte, de subfunções que agregam programas descentralizados, os convênios utilizados começaram a gerar resultados nos três últimos anos, fato este, demonstrado pelo significativo aumento de recursos alocados a programas como os de políticas para mulheres e de educação de jovens, conforme se pode verificar no gráfico seguinte:

SUBFUNÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS (CONTINUAÇÃO)



Função – Essencial à Justiça

A execução das atividades vinculadas ao desempenho da função “Essencial à Justiça” está concentrada na atuação da Advocacia-Geral da União. De uma Dotação Autorizada inicial de R\$ 2.075.178.360,00, a execução das despesas por Unidade Executora foi de R\$ 2.005.924.082,34 (96% do autorizado).

Em relação às subfunções implementadas na função “Essencial à Justiça” verifica-se que as atividades concentram-se na “Administração Geral”, o que representa que o exercício das ações de suporte institucional estão vinculadas diretamente ao desempenho das funções finalísticas do órgão.

Em relação à subfunção “Representação Judicial e Extrajudicial da União”, para o período de apuração solicitado, destaca-se o exercício de 2007, cuja execução orçamentária/financeira sobressaiu-se em relação aos demais exercícios. Tal fato é justificado pela edição da Medida Provisória nº 346, de 22 de janeiro de 2007, que concedeu ao orçamento da AGU um crédito extraordinário no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). A concessão do crédito foi em função da AGU ter recebido a incumbência de responder por cerca de 40.000 (quarenta mil) processos da extinta Rede Ferroviária Federal – RFFSA.

Em relação à execução das ações vinculadas à subfunção 122 – Administração Geral - despesas com pessoal - exercícios 2004/2005 – o crescimento das despesas de 2005 em relação a 2004 foi o resultado da edição da Lei 10.909, anexo III, de 15/07/2004, que reestruturou as carreiras jurídicas com efeito financeiro já a partir de 2004. No exercício de 2005 foram empossados 380 Advogados da União aprovados em concurso público o que contribuiu com o acréscimo das despesas naquele período.

Para os exercícios 2006/2007 - Em 2006 foi editada a Medida Provisória 605, convertida na Lei 11.358 que passou a remunerar os integrantes das carreiras jurídicas sob a forma de subsídios um aumento substancial aos procuradores e advogados. No período foram empossados 295 Advogados da União e 499 Procuradores Federais e 474 servidores da área administrativa.

Exercícios 2008/2009 – Em 2008 destacamos a edição da Medida provisória 441, de 29/8/2008 que concedeu aumento aos servidores das carreiras jurídicas e administrativas que será estendido até o exercício de 2011.

Principais Resultados

Na defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, destacamos as algumas decisões em que a União foi vitoriosa:

- i) RE nº 587.365/SC e nº 486.413/SP – no qual foi mantido o entendimento de que a renda do segurado deve ser levada em consideração para concessão do auxílio-reclusão e não a de seus dependentes. Atualmente, existem no país cerca de 450 mil presos. O governo gasta R\$ 160 milhões por ano com o pagamento do benefício. A decisão evitará impacto orçamentário para a Previdência Social estimado em mais de R\$ 1 bilhão por ano;
- ii) PSV nº 04 – a AGU participou intensamente de todos os trabalhos desenvolvidos na audiência pública que o Presidente do STF realizou, com o objetivo de reduzir a litigiosidade das matérias que envolvem, entre outros aspectos, o fornecimento de medicamentos e tratamento médico à população carente;
- iii) ADPF nº 101 – a AGU conseguiu demonstrar à Corte Constitucional que a importação de pneus e carcaças provenientes de diversos países acarreta prejuízos, por

vezes irreparáveis, à saúde da coletividade e ao meio ambiente;

iv) RE nº 543974 – na defesa da correta interpretação do texto constitucional, a AGU teve reconhecida na Corte Suprema a tese de que a desapropriação de imóvel em que se plantaram psicotrópicos deverá incidir sobre toda a gleba rural, e não apenas sobre a parcela de terra em que foi efetivamente cultivada a planta. A Constituição Federal determina que tais glebas devem ser destinadas ao assentamento de colonos e ao cultivo de alimentos e medicamentos;

v) ADI nº 3978 – o STF confirmou a obrigatoriedade de realização de concurso público para ingresso na atividade notarial e de registro, exigência constitucional defendida pela AGU que, no entanto, vinha sendo descumprida por alguns estados;

vi) MI nº 766 – a Corte confirmou a tese da AGU no sentido da impropriedade da via judicial eleita no tocante à utilização do mandado de injunção para forçar a União a regulamentar a atividade de promoção e administração de sorteios de bingos;

vii) ACO nº 1303 – a Corte Suprema concluiu, nos termos do alegado pela AGU, que a regra constitucional de imunidade tributária recíproca entre entes da federação aplica-se à exação de ICMS sobre desembaraço aduaneiro de medicamentos importados pelo Ministério da Saúde;

viii) PET nº 3388 – o STF julgou constitucional o decreto presidencial que estabeleceu a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A AGU participou, de modo decisivo, do julgamento que mobilizou a Suprema Corte, como também dos procedimentos de desintrusão dos não-índios e da efetiva destinação da área objeto da demanda às comunidades indígenas tradicionalmente ocupantes do local;

ix) ADI nº 3934 – o STF confirmou a tese da AGU pela constitucionalidade da norma que trata de recuperação judicial e falências, o que possibilitou o atendimento de um maior número de credores no rateio da massa, além de se permitir a preservação das atividades da empresa, com a conseqüente manutenção dos empregos;

x) ADPF nº 167 – a AGU defendeu, ainda, no STF, a continuidade da competência do Tribunal Superior Eleitoral para julgamento de recursos contra a expedição de diplomas nas eleições federais e estaduais. A tese foi acolhida, preservando-se uma atribuição desempenhada pela Corte Eleitoral há mais de 40 anos;

xi) ADPF nº 186 – a AGU manifestou-se, também, pela constitucionalidade da implementação, pela Universidade de Brasília em seus concursos vestibulares, de cotas de 20% para negros. O Supremo Tribunal indeferiu a liminar pleiteada, mantendo os atos administrativos praticados pela UnB;

xii) RE nº 576.189 e nº 541.511 – a AGU assegurou o reconhecimento, pela Corte Suprema, da

constitucionalidade dos adicionais tarifários incluídos nas contas de energia elétrica, os Encargos de Capacidade Emergencial (ECE), conhecidos como "seguro-apagão", com o objetivo de cobrir os custos de contratação de capacidade de geração de termelétricas no período de 2002 a 2005, de modo a garantir o fornecimento de energia elétrica para toda a população brasileira. Nas ações em que se revelou possível a apuração de valores, a atuação da AGU envolveu a quantia aproximada de R\$ 190 bilhões.

Deve-se registrar, também, que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em 2009, atuou ativamente na defesa da União, no âmbito da definição de controvérsias em matéria tributária, especialmente nos Tribunais Superiores, com resultado positivo para as teses defendidas pela Fazenda Nacional. Esse trabalho resultou, especialmente, na manutenção da receita corrente de tributos, na recuperação de créditos tributários inadimplentes e na redução da despesa com pagamentos de precatórios judiciais e com compensações tributárias resultantes de condenações impostas à Fazenda Pública, o que contribuiu para a manutenção do superávit primário das contas públicas sem prejuízo aos programas sociais e de investimentos do Governo.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ, foram proferidas 33 decisões que sinalizam o alcance dos objetivos colimados pela PGFN, pela sistemática dos recursos repetitivos, e um julgamento proferido fora da sistemática dos recursos repetitivos. Já no STF, foram proferidas seis decisões de extrema relevância para as matérias afetas aos assuntos tributários, tais como: Crédito-Prêmio de IPI; Dedução de Prejuízos Fiscais; alterações de alíquotas da Cofins (aumento de 2% para 3%); e Imposto de Exportação e Finsocial.

Na defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto às demais instâncias do Poder Judiciário, foram implementadas ações em diversas áreas como, educação, meio ambiente, defesa do patrimônio público e administração pública. Para exemplificar, destacam-se, em 2009, as seguintes ações da AGU no âmbito da Justiça Federal para viabilizar a execução do PAC: i) a ACP nº 2008.83.00.019535-1 – JF/P, que resultaram no impedimento da suspensão da 10ª Rodada de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural; ii) a ACP nº 2009.41.00.003928-2 – JF/RO, na manutenção da licença de instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio, no Rio Madeira; e iii) a ACP nº 2009.39.03.000326-2 e nº 2009.39.03.000575-6 e SS nº 12009.01.00.069492-2 - TRF da 1ª Região, que assegurou na garantia do processo legal para a construção da UHE de Belo Monte, no estado do Pará, assegurando a continuidade da preparação de licitação dessa importante obra, que será a maior hidrelétrica brasileira.

No âmbito internacional, cabe destacar as ações realizadas pela AGU na: (i) defesa do Estado Brasileiro, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos; (ii) atuação internacional para bloquear e repatriar ativos desviados

ilicitamente dos cofres públicos do Estado Brasileiro, referente aos casos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT/SP), Operação Satiagraha e Propinoduto; e (iii) restituição de crianças em atendimento à Convenção da Haia sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças.

Foi instituído, na AGU, o Grupo Permanente de Combate à Corrupção, que segundo último relatório, de novembro de 2009, ajuizou 2.178 ações, dentre as quais: i) 1.469 ações de execução de julgados do TCU, totalizando R\$ 479,6 milhões; ii) 340 ações de improbidade, totalizando R\$ 33,2 milhões; e iii) 369 ações de natureza ambiental e patrimonial, totalizando R\$ 442 milhões. Esse trabalho contribuiu para o recolhimento de R\$ 296,5 milhões concernentes a convênios celebrados pela União. Nas ações em que é possível quantificar os valores, a atuação da AGU, por meio da Procuradoria-Geral da União, implicou a impugnação de, aproximadamente, R\$ 2,92 bilhões, recolhendo em indenizações e honorários, aproximadamente, R\$ 39,9 milhões. Além disso, em 2009, a AGU deu andamento ao Programa de Redução de Demandas do INSS, destacando-se a edição de 10 súmulas que tratam de matéria previdenciária, o que trará diminuição do quantitativo de ações e recursos. Continuou, também, a executar os relevantes e fundamentais serviços jurídicos de consultoria e assessoramento jurídicos, para assegurar a conformidade das atos da Administração Pública Federal e para o fornecimento de subsídios para a defesa da União em processos em curso no STF, STJ, TRFs e Varas Federais.

Outra ação importante foi o desenvolvimento da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal

(CCAF). Em 2009, a AGU realizou importantes ações na CCAF, destacando-se: i) o primeiro Termo de Conciliação realizado com estados, no que foi firmado um acordo entre a Caixa Econômica Federal e o estado de Alagoas acerca da interpretação de sobre convênios e contratos de repasse; e ii) o primeiro caso de conciliação envolvendo municípios, na qual foi acordada a destinação de imóveis oriundos da extinta RFFSA em municípios do estado do Paraná.

O Plano de Ação da AGU, para 2010, tem como meta promover medidas para a redução da litigiosidade entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e destes com a sociedade civil, otimizar os recursos humanos e materiais no âmbito de sua organização administrativa, aprimorar o acompanhamento judicial de ações relevantes para a União, ampliar a capacidade de atuação conciliatória da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal e consolidar a sua estruturação administrativa, física e de pessoal.

Função - Administração

As atividades vinculadas à execução da função "Administração" no âmbito da Presidência da República estão diluídas entre vários órgãos da administração, o que torna difícil o relato sobre as mesmas como sendo uma função de governo. Na verdade, as despesas vinculadas ao exercício desta função e das subfunções a ela inerentes dizem respeito, em grande parte, ao custeio dos gastos correntes dos órgãos que as implementam, mas que dão suporte ao desempenho de suas ações finalísticas. Em relação ao orçamento de R\$ 2.073.776.184,00 temos que a execução foi da seguinte forma:

EXECUÇÃO FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO, POR UNIDADE GESTORA

UG EXECUTORA	EMPENHOS LÍQUIDOS
110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/PR	268.230.071,55
110061 - COORDENACAO DE EXEC. ORCAMENTARIA E FINANCEIRA	23.785,65
110101 - GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	5.627.794,13
110120 - AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA	138.144,50
110175 - COORD.-GERAL DE RECURSOS HUMANOS/DGI/SE/CGU	340.725.622,14
110176 - COORD.-GERAL DE REC. LOGISTICOS/DGI/SE/CGU	6.576.824,66
110197 - CENTRO GESTOR E OP. DO SIST. DE PROT. DA AMAZ	32.256.799,73
110235 - SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE	5.249.602,50
110245 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC. FINANC.	37.151.023,00
110246 - FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	8.097.656,14
110247 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/COORD. REC. HUMAN.	44.551.215,67
110278 - SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE/RECURSOS EXT	16.355,57
110285 - SEC. ADM/PR - REC EXT	2.208.314,84
110299 - CGU/BIRD/PROCONTROLE	605.236,80
110319 - SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL/PR	191.143.080,46
110322 - GAB. DE SEG. INSTIT. DA PRES. DA REPUBLICA	10.374.345,71
110352 - SECRETARIA GERAL/PR	94.409,96
110355 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS-SAE/PR	3.626.122,00
110382 - SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS/PR	1.495.935,41
113601 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	139.705.022,76
113602 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	4.455.630,18
113605 - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID-1841/OC-BR	19.000,00
115406 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	399.775.752,57

UG EXECUTORA	EMPENHOS LÍQUIDOS
170940 - COORD-GERAL DE PLANEJ. E ORÇAMENTO/DGI/SE/CGU	200.189.243,49
200014 - ARQUIVO NACIONAL - RJ	52.191.686,06
243001 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO ITI	15.371.201,25
TOTAL:	1.769.899.876,73

Nota: As informações relativas à execução do orçamento da CGU serão apresentadas em separado

Principais Resultados

Apesar da pouca expressão orçamentária da subfunção Planejamento e Orçamento, a atuação da Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE tem grande impacto para o país e seu trabalho está organizado em torno do projeto Brasil 2022, que é desdobrado eixos temáticos que possam dar conta ao mesmo tempo do desafio de reduzir drasticamente as desigualdades sócio-econômicas e preparar o país para um crescimento duradouro, a taxas elevadas e de forma ambientalmente sustentável. Cabe destacar:

- a) lançamento da Agenda Nacional de Gestão Pública;
- b) construção em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), Ministério do Planejamento e do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração (CONSAD);
- c) elaboração da primeira versão de Agenda Agrícola Século XXI, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, construída com o propósito de tornar o país o principal produtor e exportador mundial de produtos agrícolas de qualidade, produzidos em condições ambientalmente sustentáveis;
- d) em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, organização de discussões e elaboração de propostas preliminares em torno de quatro questões que buscam promover oportunidades produtivas e educativas: i) alterações institucionais e de modelo de gestão para as políticas sociais; ii) atenção à necessidade dos cidadãos mais vulneráveis; iii) políticas voltadas para aqueles já incluídos no mercado de trabalho; e iv) a institucionalização de empreendedores populares; na implementação do Plano Amazônia Sustentável – PAS, destacam-se: formulação e acompanhamento da política federal de regularização fundiária na Amazônia Legal; elaboração de estratégia operacional para regularização fundiária de Reservas Extrativistas (RESEX) e de Desenvolvimento Sustentável (RDS) na Amazônia; elaboração, em parceria com o Ministério dos Transportes, do Programa de Estradas Vicinais para a Amazônia – PREVIA; e coordenação da participação federal na Força Tarefa dos estados da Amazônia Legal na construção de proposta para a remuneração pela prestação de serviços ambientais pelo mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD.

Na área de Defesa, destaca-se: i) a revisão do marco jurídico da indústria nacional de defesa e à atualização da Lei de Mobilização Nacional; ii) estudos, que ora subsidiam políticas públicas referentes à criação de um serviço civil, à realização de parcerias estratégicas no

campo da defesa, à transferência da Escola Superior de Guerra para Brasília, à criação da carreira de especialistas em Defesa e aos planos estratégicos e operacionais ligados às hipóteses de emprego das Forças Armadas; iii) elaboração da nova Política Nacional de Inteligência e da reforma do Sistema Brasileiro de Inteligência; iv) colaboração na elaboração de estratégia de democratização do acesso em banda larga no Brasil; e v) por fim, vale mencionar o esforço para iniciar a implantação de uma Rede de Planejamento Estratégico, a partir de implantação de Núcleos de Pensamento Estratégico em órgãos do Governo Federal (acordos assinados com a Agência Nacional de Águas e com a Fundação Oswaldo Cruz).

No tocante aos indicadores efetivamente utilizados pelo programa na SAE, os mesmos são aferidos em estudos/políticas formuladas. Entre 2007 e 2009, cresceram 37,5%, assim como a execução orçamentária dos limites de empenho autorizados que em 2007 alcançaram 86,86% dos recursos, em 2008, 99,29% e, em 2009, 99,59%. Em ambas as circunstâncias, a razão para o crescimento registrado decorre da própria instalação e funcionamento da SAE, cujas atividades tiveram início em 2007.

Subfunção - Administração Geral

A subfunção Administração Geral têm um caráter transversal e manifesta-se em diversas frentes de atuação da Presidência da República, sendo que parte significativa dos recursos financeiros está alocada da Secretaria de Administração - SA, que desenvolve inúmeras atividades e serviços técnico-administrativos, de forma a permitir a plena realização das suas funções, propiciando aos vários setores da PR as condições para a realização de suas respectivas missões.

Dentre os diversos serviços geridos pela SA, destacam-se: contratos nas áreas de serviços de transporte de passageiros e cargas, serviços e soluções em tecnologia da informação, copa, restaurantes, limpeza e conservação, reprografia, manutenção predial, serviços em telecomunicações, fornecimento de passagens; serviços de concessão de diárias, auxílio-moradia e ajudas de custo, suprimento de fundos, gestão de pessoas, incluídos a implementação da folha de pagamento de significativa parcela dos servidores da PR, a capacitação de servidores e o atendimento a servidores e seus dependentes em alguns serviços de saúde.

No decorrer dos últimos sete anos, a política governamental de ampliação da atuação da PR em algumas áreas da Administração Pública resultou no

crescimento da instituição, que passou por diversas mudanças em sua estrutura organizacional.

Essa reestruturação organizacional – que teve reflexos financeiros na majoração de valores de contratos, por ocasião do fim da vigência de contratos anteriores –, aliada aos reajustes promovidos nos valores dos cargos e funções comissionados da Administração Pública Federal – que culminaram no aumento das despesas com pessoal e encargos sociais –, são os principais fatores que contribuíram para o incremento, nos últimos anos, dos custos de manutenção de alguns dos serviços que estão a cargo da SA.

Entre essas mudanças, as de maior amplitude e significância foram: (i) a criação da Secretaria de Relações Institucionais – SRI; (ii) a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE – e a migração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a estrutura daquela Secretaria; (iii) a criação da Secretaria Especial de Portos; (iv) a extinção da Empresa Brasileira de Comunicação – RADIOBRÁS, simultaneamente à criação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC; (v) a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, e sua posterior extinção concomitante à criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, desvinculado da estrutura da PR; e (vi) a extinção da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, também desvinculado da PR.

O principal projeto vinculado atualmente à SA, de caráter não continuado, é a obra de restauração e modernização das instalações do Palácio do Planalto, iniciada em maio de 2009 e cuja conclusão é prevista para abril de 2010. O projeto é fiscalizado e supervisionado pelo Departamento de Engenharia do Exército Brasileiro, em decorrência de acordo de cooperação técnica celebrado com a PR. Sua execução consumiu, ao longo do exercício, recursos da ordem de R\$ 90 milhões, sendo que a maior parte destes recursos, em torno de 94,5%, foi executada de forma descentralizada para o Ministério da Defesa, instituição responsável pela execução do projeto. A contratação da restauração e da modernização, além de demolições, fundações e estrutura complementares, arquitetura e urbanismo, instalações hidrossanitárias, elétricas, eletrônicas, de telefonia e rede estruturada, instalações mecânicas de elevadores e sistema de climatização completo, sistema de detecção e combate a incêndio, também contempla a aquisição dos sistemas de segurança, telefonia e informática e, ainda, de supervisão, automação e controle predial.

Ainda no Âmbito da Casa Civil e da subfunção Administração Geral, a Secretaria de Relações Institucionais – SRI estabeleceu com os estados o diálogo permanente com o apoio à organização dos fóruns regionais de governadores, importante canal de negociação e pactuação federativa: Fórum de Governadores do Nordeste; Fórum de Governadores da Amazônia Legal; Fórum de Governadores do Centro-Oeste

e Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL.

Merece destaque, na relação com os estados, a assinatura do “Compromisso Mais Nordeste pela Cidadania” e “Compromisso Mais Amazônia Legal pela Cidadania”, com o objetivo de superar as desigualdades sociais que influenciam na qualidade de vida das populações dessas regiões. Na região da Amazônia legal, além das metas indicadas, firmou-se um compromisso de regularização fundiária das terras da União em 436 municípios, além da articulação federativa com os governadores e prefeitos que valorizou e enriqueceu os debates sobre as mudanças climáticas.

Com os municípios brasileiros foi realizado, em fevereiro de 2009, o I Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, com a finalidade de auxiliar os novos gestores municipais em início de mandato. O encontro, que contou com a participação de 5.300 novos prefeitos, O encontro pactuou as políticas públicas federais e firmou compromissos de interesse local, regional e nacional, referenciados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Além disso, foram anunciadas, no evento, diversas medidas, dentre as quais destaca-se o encaminhamento ao Congresso do Projeto de Lei nº 4.666, de 2009, sobre a transição governamental.

Merecem destaque as ações relativas ao Comitê de Articulação Federativa – CAF, que têm proporcionado ganhos efetivos aos municípios, a exemplo do fortalecimento da base tributária própria e o aumento das transferências constitucionais, legais e voluntárias. Segundo dados da CNM, os municípios detêm 19% da receita pública disponível, valor superior aos 13% registrados em 2002. Em 2009 foram também implementadas diversas ações de apoio a estados e municípios, em razão da crise internacional, com o objetivo de dar sustentação a medidas anticíclicas, destacando-se as que ampliaram a capacidade de investimento dos entes federados: a) o aumento da margem de endividamento nos contratos do Plano de Ajuste Fiscal – PAF; b) a nova modalidade de análise de decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública; c) o programa de ajuda financeira que transferiu aos municípios mais de R\$ 2 bilhões para compensar o decréscimo nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios; d) o parcelamento dos débitos previdenciários dos municípios em até 240 vezes (MP 457/09) e a extinção de débitos prescritos; e) antecipação de R\$ 1 bilhão em parcelas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que seriam pagas ao longo do ano; f) a redução de até 40% no valor da contrapartida dos contratos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, para as obras de saneamento e habitação; g) a inserção de dispositivo na LDO 2010 que diminui o valor das contrapartidas no caso de obras do PAC, Plano Amazônia Sustentável – PAS, Territórios da Cidadania, consórcios públicos e convênios relativos às áreas de assistência social, segurança alimentar, educação, segurança pública etc.; h) a contrapartida não financeira (em bens ou serviços) ou mesmo a não exigência de contrapartida, em caso de destinação de

recursos para realização de ações de competência exclusiva da União, também prevista na LDO; e i) a simplificação dos procedimentos para o repasse e financiamentos. Convém destacar, no âmbito do fortalecimento institucional dos municípios, a criação do Portal do Software Público, que disponibilizou o e-cidade, uma ferramenta capaz de gerenciar as principais áreas de atuação das prefeituras em um único sistema.

Importantes também foram os pactos estabelecidos com os estados e municípios no âmbito dos programas federais, como as ações de acompanhamento das obras do PAC, sobretudo no seu Grupo de Gestão Integrada - GGI, e a participação na organização e mobilização dos Comitês de Articulação Estadual e dos Colegiados Territoriais, do Programa Territórios da Cidadania.

A atuação da SAF na área internacional mediante a consolidação dos instrumentos de cooperação internacional federativa é pautada pelos eixos prioritários da Política Externa brasileira. Nesse sentido foi definido como estratégico a consolidação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul - FCCR, espaço de participação direta de governadores e prefeitos na estrutura formal do Mercosul, cujo Capítulo brasileiro é coordenado pela Subchefia de Assuntos Federativos. Na área internacional, ainda no tocante aos assuntos federativos, priorizou-se a consolidação do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul, destacando como produtos : o apoio a projetos dos governos subnacionais com os recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM; a assinatura dos acordos das Rodadas de Integração Produtiva (Manaus e Foz do Iguaçu); a criação da Rede Mercosul de Governadores e Prefeitos de Estratégia do Trabalho Decente, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho; e o Projeto de Integração Fronteiriça, com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID. Importantes resultados foram também obtidos no âmbito do Observatório da Equidade - CDES, realizando o terceiro ciclo de análise da desigualdade na escolarização e completando a primeira observação do tema Sistema Tributário Nacional, um trabalho inédito e de grande relevância no que se refere à análise das distorções da tributação no Brasil.

Na área internacional, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social deu ênfase às relações bilaterais com instituições similares. Realizou, em uma proposta conjunta com o Comitê Econômico e Social Europeu - CESE, a primeira reunião da Mesa-Redonda Brasil-União Européia das Sociedades Cívicas, parte da parceria estratégica entre o Brasil e aquele bloco. Além disso, realizou a primeira reunião da Mesa-Redonda Brasil-Rússia das Sociedades Cívicas, em conjunto com a Câmara Cívica da Federação Russa. O CDES deu ainda continuidade à participação nas atividades promovidas pela Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS, agora como integrante de seu Conselho de Administração.

A atividade parlamentar e de articulação político-institucional, a cargo da Subchefia de Assuntos Parlamentares, teve como resultado o envio e acompanhamento de 62 Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo. Desses, apenas uma proposição foi prejudicada por razões regimentais, restando seis propostas sancionadas: duas com vetos e as demais em tramitação na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

No Congresso Nacional, a Secretaria de Relações Institucionais contribuiu para a aprovação de dezoito medidas provisórias de enfrentamento da crise e 23 projetos dos programas prioritários do Governo (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronas e Agenda Social). Além disso, há de se destacar sua participação na aprovação de acordos internacionais, a exemplo do Decreto Legislativo nº 934, de 16 de dezembro de 2009, que referendou a entrada da Venezuela no Mercosul, e na promulgação de outras normas relevantes, tais quais: a Lei nº 12.182, de 29 de dezembro de 2009, que incorporou às regras do PAC os recursos do programa Minha Casa, Minha Vida; a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que reduziu o percentual da Desvinculação das Receitas da União - DRU; e a Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, que instituiu regime especial de pagamentos de precatórios pelas fazendas públicas.

Por fim, cabe lembrar a sanção de inúmeras matérias em 2009, de iniciativa do próprio Poder Legislativo, do Poder Judiciário ou do Poder Executivo. Foram sancionadas 290 leis ordinárias e cinco leis complementares. Destacam-se a Lei Complementar nº 132, de 7 de outubro de 2009, que amplia a distribuição da Justiça gratuita, ao estender a atuação da Defensoria Pública; a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca; a Lei nº 11.967, de 6 de julho de 2009, que trata da estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público; a Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, que altera as faixas da Tabela Progressiva Mensal do Imposto de Renda da Pessoa Física, criando duas novas alíquotas; a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC; a Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, que cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; e diversas normas instituidoras de isenções e desonerações fiscais.

Em termos de ações de intermediação das demais áreas de Governo, no desenvolvimento das ações da subfunção 122, temos a Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG, no âmbito de sua competência, atuou nas áreas da justiça, administração, defesa nacional, segurança pública, relações exteriores, assistência social, previdência social, saúde, trabalho, educação, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, habitação, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, organização agrária, comunicações, energia, transporte, desporto e lazer, mediante a análise do mérito

das propostas submetidas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Outras importantes ações implementadas dentro na subfunção Administração Geral são aquelas desenvolvidas no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude. De uma dotação de R\$ 7.700.765,00 para o exercício de 2009, foram executados R\$ 5.834.022,50 em ações de fomento à participação e fiscalização pública das políticas de governo (reuniões ordinárias e atividades do Conselho Nacional de Juventude); fortalecimento institucional das políticas de juventude; acompanhamento das iniciativas parlamentares ligadas ao tema; relacionamento com gestores estaduais e municipais; acompanhamento das prioridades definidas na 1ª Conferência Nacional de Juventude; e intercâmbio com outros países (adesão do Brasil à Organização Ibero-Americana de Juventude, parcerias com organismos multilaterais etc.).

A Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) deu continuidade ao Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. O objetivo desse programa é contribuir para a formação de conselheiros de políticas públicas, gestores federais e representantes de organizações da sociedade civil. Para a execução deste Programa, a Secretaria-Geral transferiu à UFMG R\$ 626.977,29.

Para o maior envolvimento da sociedade civil em debates e negociações, a SG/PR implementou as seguintes iniciativas: criou o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo; integrou-se à Universidade da Paz, organismo da ONU que discute temas ligados à educação e cultura para a paz; e implementou o Prêmio ODM, com o objetivo de estimular e reconhecer iniciativas adotadas pela sociedade civil e por governos municipais, visando o cumprimento das metas do milênio.

Ainda em relação à execução de ações vinculadas à Subfunção Administração Geral – o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CenSIPAM dispôs, em 2009, de R\$ 92.240 mil (crédito autorizado), a despeito do valor aprovado na Lei Orçamentária, mais créditos adicionais, somando R\$ 104.791 mil. Dos créditos autorizados foram efetivamente empenhados R\$ 91.188 mil, o que leva a execução orçamentária próxima de 99%.

Até o final de 2009, o Exército concluiu a coleta de imagens de radar de 600 mil quilômetros quadrados da cartografia terrestre, o que corresponde a 55% do total de florestas densas existentes com vazio cartográfico. O Projeto deve concluir em cinco anos as cartografias terrestre, geológica e náutica da Região Amazônica. Nesse período, o Governo Federal investirá R\$ 350 milhões. As informações ajudarão no conhecimento da Amazônia brasileira e na geração de informações estratégicas para monitoramento de segurança e defesa nacional, em especial nas fronteiras e contribuir para o desenvolvimento e proteção da Amazônia.

O Programa SIPAM Cidade capacitou 650 técnicos de 303 municípios da Amazônia Legal em 2009 no uso de geotecnologias. Os técnicos dos estados do Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Acre aprenderam a utilizar o software livre Terraview para acessar informações geográficas do seu município. Também foram capacitados 22 municípios dos 43 que fazem parte do Programa Arco Verde.

Desde 2006, o Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM executa o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE) que, por intermédio de imagens de satélite, realiza o monitoramento de ilícitos (desmatamentos, pistas de pouso, rotas aéreas, abertura de caminhos e estradas) em terras indígenas e Unidades de Conservação estadual e federal da Amazônia Legal. As informações ajudam nas ações preventivas dos governos contra o desmatamento da floresta e demais ilícitos. O SIPAM monitora com imagens de satélite, óticas e de radar, uma área de cerca de 125 milhões de hectares na Amazônia Legal. Além disso, monitora os 43 municípios que mais desmataram a Amazônia.

Em 2009, foram investidos R\$ 9 milhões na revitalização e modernização de parte do parque tecnológico do SIPAM. Com os recursos, foram adquiridas mil novas antenas Vsat (*Very Small Aperture Terminal*) que permitem o acesso a telefone e Internet em comunidades isoladas da Amazônia, por intermédio de comunicação via satélite.

Foram adquiridas 1.500 imagens do satélite japonês, com investimento de mais de R\$ 337 mil. As imagens servem para: i) subsidiar ações de monitoramento do desmatamento; e de ii) elaborar mapas temáticos de interesse aos municípios da Amazônia Legal; bem como de iii) promover a pesquisa no desenvolvimento tecnológico de utilização de imagens de radar no Brasil. A base de dados espaciais do CenSIPAM teve incremento também no acervo de imagens SAR/SIPAM, não apenas pelo monitoramento dos municípios do Arco Verde, mas também no apoio às ações da defesa civil e da Agência Nacional de Águas, em maio de 2009, frente à enchente histórica do Rio Amazonas, para a remoção e deslocamento da população local em função do alagamento.

Também em relação à execução da subfunção Administração Geral – deve-se registrar que a participação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na atuação, em articulação com diversos órgãos federais e estaduais, para reduzir a tensão em vários pontos do território nacional como, por exemplo, em Estreito, no estado do Maranhão, na região de Extrema, no estado de Rondônia, e em Belo Monte, no estado do Pará. Em relação ao Gerenciamento de Crises, poderia ser mencionada a cooperação com o Ministério da Saúde no tocante ao planejamento e ações relativas à pandemia de Influenza A - H1N1. O Gabinete de Crise, com o sistema interligado com 9 outras Salas de Situação nos mais diversos Ministérios, encontrava-se em situação de prestar assessoria mesmo se viessem a ocorrer cenários mais extremados de crise.

Cumpre, também, destacar os trabalhos realizados nos quatro principais setores de Infraestrutura Crítica, a saber, transporte, energia, águas e telecomunicações. Foram ativados os grupos técnicos de segurança em infraestrutura crítica de transportes e de águas. Em especial, o GT na área de energia já completou a tarefa de identificação de suas infraestruturas críticas.

Cabe mencionar os ganhos de escala já possíveis com o trabalho continuado da Assessoria da Informação. Ao final do ano 2009, o Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República (GeoPR) já contava com o acesso aos Bancos de Dados de 42 órgãos da administração federal, estadual e agora municipal. Em suma, o GeoPR traduz-se atualmente em ferramenta de Estado, dotada de elevado potencial estratégico, na medida em que permite o estabelecimento de inteligência coletiva sobre dados espaciais originados dos mais diversos órgãos.

Ainda nesta mesma subfunção, os objetivos prioritários para a gestão orçamentária no ano de 2009 foram focados na melhoria e adequação das novas instalações do Departamento de Segurança - DSEG, sendo destinados, aproximadamente, 45% dos recursos orçamentários totais do órgão para essa finalidade. Foi elaborado um Projeto de Lei para adequar o grupo de natureza de despesa a fim de atender a adequação de espaço físico propício a alojar servidores que integram as equipes de Segurança do Sr. Presidente da República, Vice-Presidente, e de seus familiares.

Outro avanço administrativo de grande relevância foi a renovação do Termo de Cooperação entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Comando do Exército, por intermédio da Comissão do Exército Brasileiro em Washington - CEBW, DC, nos Estados Unidos da América, para, na área externa, proceder a importações de bens e serviços de exclusivo interesse do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, o que permitiu maior fluidez aos suportes logísticos, necessários à manutenção dos itens de alta performance, utilizados na execução das operações de Segurança Presidencial, em especial equipamentos e armamentos sem similar no mercado nacional. Por meio de tal acordo, além de itens de reposição, também foram adquiridos equipamentos de comunicação de última geração, o que proporcionou a elevação do nível de segurança e confiabilidade nas operações de segurança, envolvendo autoridades presidenciais.

No âmbito da subfunção Administração Geral - o Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA contou com dotação autorizada de R\$ 800.000,00. Deste total, foram disponibilizados R\$ 602.000,00. O CONSEA executou 86,4% desse limite, totalizando R\$ 519.968,69. Esses recursos foram destinados à participação dos conselheiros da sociedade civil (passagens e diárias) nas Reuniões Plenárias, em outros eventos promovidos pelo CONSEA, nas reuniões das instâncias (Comissões Permanentes e

Grupos de Trabalho) que precedem as Plenárias. Adicionalmente, foram destinados recursos para as atividades do Presidente do CONSEA em Brasília e em diversos estados. As principais atividades desenvolvidas foram:

i) Campanha em prol da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 47, de 2003;

ii) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

iii) Mudanças climáticas - em 2009, o tema relacionado aos impactos das mudanças climáticas sobre o direito humano à alimentação (DHAA);

iv) Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - em 2009, a construção do SISAN avançou nos níveis federal, estadual e municipal;

v) Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional "III Conferência +2" - a realização do Encontro, com participação de representantes de todos os estados e do Distrito Federal, organizado pelo CONSEA e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS;

vi) Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN - em 2009, o CONSEA, por meio de sua Comissão Permanente 3, intensificou os trabalhos e atividades voltadas à elaboração de uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

vii) Seminário Internacional sobre Mecanismos de Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada.

No âmbito da subfunção Administração Geral encontra-se, também, ações implementadas no Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da Administração Pública Federal. Esse órgão é responsável pela implementação das Políticas Nacional e Internacional de Arquivos e da Gestão de Documentos Federais, a seguir destacadas.

No Campo da Política Nacional de Arquivos, merece destaque a aprovação pelo Plenário do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, dentre outras, de resoluções para a implantação de políticas de gestão de documentos do Poder Judiciário, em nível federal, estadual e do Distrito Federal, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça. Igualmente, o CONARQ aprova o capítulo de Metadados do modelo de requisitos funcionais para a consecução de sistemas informatizados de gestão de documentos arquivísticos digitais: o e-ARQBrasil, a ser encaminhado para a Secretaria Executiva do e-GOVBrasil, com vistas a sua aplicação no âmbito do Poder Público, bem como as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes.

No Campo da Política Internacional de Arquivos o Arquivo Nacional, que presidiu o Comitê do Programa Memória do Mundo (MOW) para a América Latina e o Caribe, foi responsável pela normalização dos procedimentos para

postulações de acervos ao Registro Regional do Programa MOW, da UNESCO, ampliando a presença do país nessa instância. Deu-se continuidade ao Protocolo de Cooperação entre Brasil e Portugal, para a área dos Arquivos, tendo sido aprovada, dentre outras ações, o desenvolvimento de projetos para o mapeamento de acervos sobre imigração. Nessa mesma linha, foram firmados acordos de cooperação com o Arquivo Nacional da Holanda e com o Arquivo de Estado Italiano. Dentro do Programa de Cooperação Sul-Sul, coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), o Arquivo Nacional participou de missões técnicas em Moçambique/Maputo e no Timor-Leste/Dili, visando reunir informações sobre a situação arquivísticas desses países, para a elaboração de projetos a serem desenvolvidos, tendo em vista os Acordos de Cooperação firmados. Cabe destaque, ainda, a parceria com o Ministério da Cultura da Espanha para o desenvolvimento do Censo Brasileiro de Arquivos Públicos e Privados, já integrado ao Censo-Guia de Archivos de España e Iberoamerica (<http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/portada.htm>), associando informações de nossos acervos com os das demais instituições arquivísticas da Espanha, América Latina e Caribe de língua espanhola.

Cabe destacar as ações do Programa Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental, do PPA, a seguir indicados:

i) na Ação Gestão e Administração do Programa, modernização da infraestrutura de tecnologia da informação, aumento da capacidade operacional dos servidores de rede e ampliação do laboratório de digitalização de documentos para atender às demandas da instituição e à implantação do Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985);

ii) na Ação Sistema de Atendimento ao Usuário do Arquivo Nacional, foram realizados 33.697 atendimentos, sendo 20.001 presenciais e 16.696 a distância, movimentando 46.191 unidades de arquivamento;

iii) na Ação Preservação do Acervo Nacional, foram desenvolvidos projetos de ampliação do controle e disponibilização de informações ao cidadão por meio do portal www.arquivonacional.gov.br;

vi) na Ação Promoção de Eventos cabe destaque a publicação das monografias vencedoras do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2007 – Juca Rosa: um pai de santo na Corte imperial de Gabriela Sampaio e Diversas formas de ser índio, de Elisa Fruhauff; vii) Na área de projetos especiais interinstitucionais, cabe destacar o Memórias Reveladas, Centro de Referência criado, em 13 de maio de 2009, pela Portaria nº 204 da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Na mesma oportunidade foi lançado o Edital de Chamamento Público de Acervos 001/2009, com o objetivo de sensibilizar a sociedade brasileira sobre a importância da doação e da entrega de acervos referentes ao período do regime militar;

viii) As ações realizadas com patrocínio do BNDES, Banco do Brasil, CEF, Eletrobrás e da Petrobras, na modalidade de mecenato da Lei Rouanet, beneficiaram um amplo programa de apoio à organização, preservação, descrição, microfilmagem, digitalização e disseminação de acervos de interesse para a temática do Centro sob a guarda de 14 instituições, sendo 12 arquivos públicos estaduais (ES, SP, PR, MA, RJ, RS, PE, AL, CE, SE, MG e RN), privilegiando os acervos referentes aos DOPS – Departamentos de Ordem Política e Social. Iniciadas em 2008, a maioria das ações foi concluída em 2009.

A Imprensa Nacional – IN também atuou na execução de ações da subfunção Administração Geral, visando o aprimoramento da gestão, para melhor atender os clientes com a prestação de serviços e produtos com maior qualidade e agilidade. Em 2009, a IN revisou as diretrizes estratégicas, culminando com a elaboração do Planejamento Estratégico para o período de 2009 a 2011. No ano de 2009 contou com um orçamento de R\$ 304.351.407,00, dos quais R\$ 61.538.843,00 foram destinados à Administração Geral, dando continuidade ao ciclo de modernização e evolução nos diversos processos, sistemas de editoração e produção gráfica. Para isso, contou ainda com crédito oriundos da descentralização de recursos da ordem de R\$ 110.077.666,00. A seguir, demonstram as ações com reflexo direto na melhoria da qualidade dos produtos e serviços disponibilizados à sociedade brasileira.

O projeto de edição e divulgação eletrônica do Diário da Justiça Federal da 1ª Região – e-DJF1 foi definitivamente implantado, com a disponibilização da primeira edição, em outubro de 2009. A implantação desse novo modelo de negócio representa um marco na história da IN, que pela primeira vez edita uma publicação oficial em meio exclusivamente eletrônico. Com projeto visual e mecanismos de consulta inovadores, o novo diário eletrônico alcançou grande sucesso desde seu lançamento, reposicionando este secular órgão como referência na divulgação de atos oficiais também por meio eletrônico e, com isso, agregando conhecimento, tradição e modernidade. Com a otimização do fluxo de produção editorial dos jornais oficiais, foi alcançada substancial redução no horário de fechamento das edições e, conseqüentemente, na antecipação dos processos de pré-impressão, impressão e expedição dos jornais. O resultado foi um reflexo positivo na logística de distribuição em todo o país, propiciando entregas cada vez mais cedo aos clientes assinantes e compradores avulsos.

No ano de 2009, foram editoradas 204.407 páginas dos jornais oficiais. A redução do número de páginas editoradas, comparativamente com os últimos três anos é resultante dos efeitos da Lei nº 11.419/2006, que influenciou diretamente na produção editorial do Diário da Justiça. Há, também, que se destacar que, a partir de outubro de 2009, a IN passou a editar e disponibilizar o e-DJF1 que resultou na editoração de 59.881 páginas do total acima.

A nova forma de produção e apresentação dos destaques do Diário Oficial da União no portal foi implantada em 13 de maio de 2009. O novo modelo, baseado em linguagem noticiosa, estética atual e abordagem mais ampla, abriu nova frente de divulgação do conteúdo dos jornais oficiais, proporcionando maior visibilidade e aumento do número de acessos ao portal, por meio de uma informação pública mais acessível e atraente.

A Imprensa Nacional, ao constituir a Comissão para Coleta Seletiva Solidária, foi a pioneira no cumprimento do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que regulamenta a doação de resíduos recicláveis oriundos dos seus processos de produção às cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Estima-se que, anualmente, são descartados e recolhidos pelas cooperativas beneficiadas cerca de 450.000 quilos de resíduos recicláveis¹.

O projeto de modernização e ampliação da Rotativa Goss Urbanite 1.300 foi concluído em dezembro de 2009. O novo complexo de impressão rotativa – Goss/DCM tem capacidade de impressão de até 160 páginas por caderno de jornal, apresentando-se ainda, como alternativa de produção em grandes tiragens para outros impressos.

Em 2009, foram emitidos 5.203 certificados novos de acesso ao sistema de envio eletrônico de matérias-INCom, operado via Internet, diretamente pela página da Imprensa Nacional. Foram, ainda, renovados 4.912 certificados, encerrando o presente exercício com 14.295 origens aptas e certificadas para utilizar o sistema no envio eletrônico de matérias para o Diário Oficial da União e o Diário da Justiça.

Outro programa, que é integralmente executado na função Administração, sendo 90% na subfunção Administração Geral, é o do IPEA – Programa de Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas - que corresponde ao pagamento de pessoal ativo e à manutenção administrativa. Isso se justifica pelo fato de que os servidores do Instituto são responsáveis pela elaboração/acompanhamento de estudos, pesquisas e processos previstos no Programa.

Na subfunção Desenvolvimento Científico, houve um incremento significativo, de 1% para 5% na execução, devido ao esforço do IPEA para ampliar as bolsas de pesquisa, permitindo a realização de 83 projetos, bem como a realização de eventos para difusão de textos selecionados. A execução total foi de 92% em relação à dotação autorizada (R\$ 157.934.563). Ficaram prejudicadas ações com fonte de recursos próprios não arrecadados e com fonte de Operação de Crédito, pois o contrato com BID (1841-OC-BR) foi assinado somente em setembro.

A partir do direcionamento estratégico de suas ações por eixos temáticos (inserção internacional soberana; macroeconomia para o pleno emprego; fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia; estrutura produtivo-tecnológica avançada e regionalmente articulada; infraestrutura econômica, social e urbana; proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e sustentabilidade ambiental) para o

desenvolvimento do país – balizado por um plano de metas (publicadas no Diário Oficial da União, Portaria nº 55, de 8 de julho de 2009) –, o IPEA otimizou sua missão de subsidiar a formulação e reformulação de políticas públicas e de planejamento de longo prazo do Brasil. O projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro deu concretude a essa mudança, com dezenas de seminários realizados, trazendo para discussão, tópicos de relevância nacional e internacional junto a órgãos de governo e da sociedade civil. A troca de idéias contribuiu para o desenvolvimento de novas pesquisas e publicações do Instituto.

Três exemplos são os livros Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas (antigo Brasil: O Estado de uma Nação), Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise – 20 Anos da Constituição Federal e Presença do Estado no Brasil: Federação, suas Unidades e Municipalidades. Trata-se de obras que acompanham e avaliam, sob diferentes aspectos e de forma ampla, a implementação e execução de políticas públicas e a abrangência da atuação do Estado e sua infraestrutura no país. Os resultados desses monitoramentos e avaliações, também, ocorrem por meio de outras publicações, como notas técnicas, textos para discussão e Comunicados da Presidência.

O ano de 2009 contou ainda com a contingência da crise mundial iniciada no fim do ano anterior. O Instituto, mais uma vez, subsidiou a sociedade e o governo com uma série de trabalhos sobre seu impacto imediato e desdobramentos. De forma pró-ativa, o Instituto elaborou diversos estudos técnicos, comunicados e gerou indicadores – que inclusive anteciparam o comportamento do setor produtivo. O IPEA mapeou os efeitos da crise nos âmbitos internacional, nacional, regional e setorial, além de avaliar as ações anticíclicas tomadas pelo governo, comprovando, por exemplo, a eficácia de políticas de transferência de renda no fortalecimento do mercado interno.

Em relação a ações inter-relacionadas encontram-se aquelas da subfunção Administração Geral relacionadas com as da subfunção Normatização e Fiscalização, que dizem respeito às ações implementadas por intermédio do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, que é a Autoridade Certificadora Raiz da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - AC-Raiz da ICP-Brasil. Além da Certificação Digital, o ITI atua também nos segmentos de *Software* Livre e Inclusão Digital, por meio dos projetos Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento – CDTC e Casa Brasil, respectivamente.

Em 2009, a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira esteve consolidada em 35 Autoridades Certificadoras (AC) credenciadas e 1 (uma) em processo de credenciamento; 206 (duzentas e seis) Autoridades de Registro (AR) credenciadas e 2 (duas) em processo de credenciamento; e 11 (onze) Prestadores de Serviço de Suporte (PSS) credenciados. O ambiente da AC-Raiz, de alta criticidade, opera a uma taxa de 99,99% de disponibilidade, durante 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços

prestados e o nível de segurança, de acordo com os padrões definidos pela ICP-Brasil.

A utilização da certificação digital pela sociedade brasileira continuou avançando de forma expressiva em 2009, merecendo destaque as seguintes ações: a) continuidade da modernização do Judiciário; b) ampliação do projeto Nota Fiscal Eletrônica (Nf-e); e c) instituição do Registro de Identidade Civil - RIC, por meio da Lei nº 12.058, que institui o Cadastro Nacional de Identificação Civil - CNIC e o número único de Registro de Identidade Civil, com a participação dos estados e do Distrito Federal no Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil. A referida Lei estabelece ainda requisitos mínimos para a sua implementação, valendo-se do uso de Cartões Inteligentes (*Smart Cards*) como suporte à certificação digital padrão ICP-Brasil.

Em 2009, o Programa João de Barro, que desenvolve sistemas nacionais para compor a plataforma tecnológica da AC-Raiz da ICP-Brasil, agregando maior segurança e reforçando a soberania nacional com o uso de tecnologia própria, continuou fazendo melhorias evolutivas na plataforma desenvolvida em produção na AC-Raiz. O Instituto ainda disponibiliza os sistemas desenvolvidos aos segmentos interessados, visando incentivar a indústria nacional e a formar massa crítica de conhecimento no país acerca de segurança da informação e da certificação digital. O sucesso dessa iniciativa trouxe benefícios para a Administração Pública Federal, pois soluções da espécie estão sendo utilizadas na Autoridade Certificadora da Receita Federal do Brasil, AC-JUS e SERPRO.

O Programa Nacional de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital tem a missão de asseverar a plena aderência dos dispositivos usados na ICP-Brasil aos padrões mínimos de segurança e garantir a interoperabilidade entre eles. O ITI, por meio da Instrução Normativa nº 03, de 22 de outubro de 2008, tornou obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2011, a homologação dos dispositivos de hardware utilizados na certificação digital ICP-Brasil. Assim, em 2009, nove empresas se habilitaram à homologação e 20 produtos encontram-se em processo de avaliação de conformidade.

Para o exercício de 2009 foram estabelecidas as metas abaixo com o objetivo de garantir as competências e atribuições institucionais da Auditoria e Fiscalização, e transmitir confiança à comunidade de usuários dos serviços de Certificação Digital no Brasil, por meio de auditorias e fiscalizações nos PSC's.

As Auditorias Operacionais anuais em AC's de 1º nível são agendadas anualmente e revisadas trimestralmente e as Fiscalizações realizadas a qualquer tempo mediante um planejamento trimestral, já as Auditorias Pré-Operacionais em AC's e AR's são realizadas sob demanda, conforme solicitação de credenciamento desses PSC's na ICP-Brasil.

Outras ações inter-relacionadas dizem respeito à subfunção Administração Geral conjugada com a subfunção Formação de Recursos Humanos, nas quais encontra-se a atuação da Comissão de Ética da Presidência da República

(CEP), na execução da ação Promoção da Ética Pública, a qual recebeu 314 Declarações Confidenciais de Informações – DCI das autoridades abrangidas. A Comissão analisou e homologou 307, perfazendo um total de 259 notificações, sendo que 55 declarações foram entregues após a posse das autoridades. A CEP apresentou 159 recomendações para prevenir conflitos de interesse e solicitou complementação de informações à 126 declarações. Dessas medidas, decorreu a expedição de cinco orientações específicas e cinco denúncias. Houve ainda, instauração de 621 análises e consultas recebidas, sendo encaminhadas 302 respostas.

Visando a formação da rede de profissionais responsáveis pela avaliação da gestão da ética nas entidades e órgãos do Poder Executivo Federal, a Comissão de Ética Pública promoveu em 2009 cursos, seminário e palestras, com a presença de 175 integrantes das Comissões de Ética do Poder Executivo Federal, nos cursos, 265 em seminário e 1.500 com palestras. A CEP promoveu, também o X Seminário Ética na Gestão, realizado nos dias 23 e 24 de novembro na Escola de Administração Fazendária - ESAF, com o objetivo de compartilhar experiências e instrumentos para implementação da Ética no Poder Executivo Federal, avaliando o progresso das ações de gestão da Ética na Administração Pública Federal e promovendo debates de temas relacionados à Ética envolvendo agentes públicos, especialistas e outros. O evento contou com a presença de 265 agentes públicos dos órgãos e entidades abrangidas pelo Código de Conduta da Alta administração Federal.

Deve-se acrescentar ainda, que a Comissão conseguiu capacitar aproximadamente 1.500 agentes públicos, divulgando e promovendo palestras e participando de eventos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, Estadual e Distrital.

No âmbito internacional a Comissão de Ética Pública, fez-se representar nos seguintes eventos: *OECD Global Forum on Public Governance* - Construindo um mundo mais claro: ferramentas e boas práticas para fomentar uma cultura de integridade, XIV Congresso Internacional do Centro Latino Interamericano de Administração para o Desenvolvimento – CLAD, III Conferência dos Estados Parte da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção COGEL CONFERENCE.

Teve início em 2009, o Projeto de Visitas Técnicas de Supervisão e Orientação nas Comissões dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, em Brasília e nos estados, divulgando e orientando as Comissões de Ética do Poder Executivo Federal para o cumprimento de suas competências institucionais voltadas para a coordenação do Sistema de Gestão da Ética no Poder Executivo Federal.

Atuando na execução de ações das subfunções Administração Geral, conjugada com as subfunções Formação de Recursos Humanos e Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD objetivou a construção da agenda para responder ao desafio do consumo e do tráfico de drogas, por intermédio da integração das políticas setoriais

com a Política Nacional sobre Drogas, a descentralização das ações, o estabelecimento de parcerias com a comunidade científica e organizações sociais, além da ampliação e do fortalecimento da cooperação internacional voltados ao tema.

Esse esforço tem resultado em amplas e importantes conquistas, que refletem transformações históricas na abordagem do tema "drogas" no Brasil e projetaram o país no cenário internacional como referência na implantação de políticas sobre drogas e na modernização legislativa.

Em 2009, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por meio da SENAD e do Ministério da Justiça, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, celebraram parceria para o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à prevenção da violência e da criminalidade associadas ao uso indevido de álcool ou outras drogas.

Essa parceria resultou na instituição do Programa "Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência", que tem o propósito de implementar ações, tanto de natureza preventiva, como de tratamento e reinserção social, com vistas à redução da criminalidade associada ao uso indevido de álcool e outras drogas, o fortalecimento das redes sociais e de saúde e a ampliação do acesso aos serviços disponíveis. A proposta do programa "Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência" é somar esforços e intervir conjuntamente em resposta ao desafio imposto pela associação drogas, violência e juventude.

Em relação à execução da subfunção Formação de Recursos Humanos e subfunção Tecnologia da Informação, durante o ano de 2009, o Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - DSIC coordenou a realização de 21 eventos de segurança da informação e comunicações, bem como um *workshop* internacional com a OEA sobre Estratégia Nacional de Segurança Cibernética no hemisfério americano), dos quais participaram 1.033 servidores públicos da Administração Pública Federal. Paralelamente, o DSIC montou um grupo técnico na Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CREDEN, para propor uma estratégia brasileira sobre segurança cibernética.

Na subfunção Formação de Recursos Humanos o DSIC deu continuidade aos trabalhos iniciados em 2006, no intuito de ampliar a participação dos entes federados e otimizar os recursos disponíveis; assim, recursos significativos foram aplicados na conscientização, capacitação e especialização de recursos humanos dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Além disso, o último ano pode ser caracterizado pela mudança da estratégia de capacitação de pessoal em segurança da informação e comunicações, promovida pelo DSIC para a Administração Pública Federal. Fato marcante de tal mudança foi a decisão de realizar cursos na

modalidade de ensino a distância, a fim de capacitar ou especializar servidores públicos federais espalhados nos mais diversos pontos do território nacional.

Em relação à subfunção Comunicação Social, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM executou 99,52% da dotação autorizada. O incremento da dotação autorizada em 2009 (25,65%) destinou-se a abrigar novos contratos de serviços de assessoria de imprensa e relações públicas para promoção do Brasil no exterior, comunicação digital e pesquisa de opinião pública.

A desconcentração dos investimentos em mídia avançou com a ampliação de cerca de 33% em relação ao aplicado em veículos regionais, em 2008, o cadastramento das emissoras de rádio e jornais dos municípios com população acima de 20 mil habitantes, as negociações amparadas por critérios técnicos e a formação de banco de dados com metodologia de manutenção.

Realizaram-se 112 ações de publicidade entre campanhas institucionais, campanhas de utilidade pública, ações de divulgação e produção de material de ambientação em eventos e publicações institucionais com os objetivos, entre outros, de propiciar à sociedade maior conhecimento sobre as ações do governo.

Com o objetivo de reduzir os custos de produção das ações de publicidade, a SECOM desenvolveu e liberou para homologação o sistema que integrará todas as etapas do processo de encaminhamento e avaliação das ações de publicidade realizadas pelos integrantes do Poder Executivo Federal. O Sistema de Disponibilização de Referências - SIREF, destinado a oferecer subsídios à negociação de serviços publicitários e obter preços mais vantajosos na aquisição desses serviços, foi instituído pela SECOM e está em conformidade com determinação do Acórdão nº 2062/2006 – TCU – Plenário.

No tocante às ações de publicidade da própria SECOM, foram analisados valores de produção publicitária (não inclui mídia) da ordem de R\$ 19 milhões. Serviços no valor de R\$ 16 milhões foram negociados, com redução de custos de R\$ 3 milhões, equivalentes a 15,8% do total da produção contratada pela SECOM e a 18,7% do valor negociado.

Foram editados 218 boletins "Em Questão", em versão impressa e digital e foi implementada a sua reformulação gráfica e editorial. Foram ainda realizadas palestras, fóruns e seminários sobre Comunicação de Governo e temas relacionados à Comunicação Pública no Brasil e no exterior. Foram produzidos Planos de Comunicação para os Programas Próximos Passos do MDS, Arco Verde do MMA e Zoneamento Agroecológico da Cana de Açúcar para produção de etanol.

O número de entrevistas concedidas pelo Presidente aumentou pelo quinto ano consecutivo, com 262 eventos, sendo 142 coletivas e 120 exclusivas. Destas, foram 15 para a mídia nacional, 53 para a internacional e 52 para a regional. Além disso, duas iniciativas importantes e

pioneiras foram implementadas: a criação do Blog do Planalto e da coluna de jornal O Presidente Responde. Mais de 230 jornais internacionais destacaram a notícia em suas primeiras páginas e mais de 1.500 artigos foram publicados na imprensa internacional sobre o tema. A vitória brasileira e a superação da crise financeira internacional contribuíram para o crescente interesse que o Brasil vem despertando no cenário mundial. Até outubro, foram ao ar 49 programas Bom Dia Ministro, com participação de 30 ministros e 166 rádios.

Na área internacional realizaram-se diversas ações relativas ao projeto de Divulgação do Brasil no Exterior: Destaques de ações de imprensa: anúncio do Programa de Zoneamento da Cana de Açúcar (ZAECaná); e o anúncio do marco regulatório do Pré-Sal. Além de ações para ampliar a visibilidade da atuação brasileira na Conferência das Partes sobre Mudança do Clima - COP 15, como o hotsite oficial bilíngue da participação do Brasil na Conferência (www.cop15brazil.gov.br) e de canais no Twitter e no Flickr, além de intermediação de entrevistas e *briefings* para a imprensa durante o evento.

Em relação à subfunção Defesa Civil, com a publicação do Decreto nº 6.931, de 11 de agosto de 2009, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSIPR passou a exercer as atividades de Órgão Central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON. Assim foi criado no GSIPR o Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (NuSIPRON) e suas atribuições. Entre as principais ações realizadas destacam-se as discussões sobre a minimização do adensamento construtivo e populacional das áreas situadas nas proximidades da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto; a obrigatoriedade de distribuição de pastilhas de iodeto de potássio à população residente nas Zonas de Planejamento de Emergência de 3, 5, 10 e 15 km, conforme seja verificada a necessidade; a adequação da localização do Hospital de Praia Brava, levando-se em consideração as dificuldades que seriam geradas com a remoção das pessoas internadas no referido hospital em caso de acidente que necessite a remoção da população dessa zona; a questão da dominialidade pública dos sítios das torres de sirene de Angra dos Reis/RJ; a criação dos Comitês de Planejamento de Resposta às Situações de Emergência Nuclear nos municípios de Caetité/BA e Iperó/SP; e a elaboração do Plano de Apoio Externo para a Fábrica de Combustíveis Nucleares das Indústrias Nucleares do Brasil.

Para garantir a capacidade de pronta resposta do Sistema em situações de emergência nuclear com a verificação do desencadeamento de ações planejadas, foi realizado o Exercício Geral de Resposta à Emergência Nuclear Angra 2009, que contou com a participação de peritos, observadores nacionais e internacionais, bem como de integrantes da Agência Internacional de Energia Atômica. Essa troca de experiências tem resultado no aprimoramento da legislação do setor e tem permitido um aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos de resposta para uma situação de emergência.

Os recursos alocados em 2009 foram aplicados na aquisição de material específico de Defesa Química-Biológica-Nuclear, na conscientização da população e na capacitação de recursos humanos de diversas entidades e órgãos públicos, almejando o contínuo desenvolvimento das atividades preventivas do setor, com a supervisão e coordenação de ações que visaram manter, permanentemente, a capacidade para a pronta resposta à situação de emergência nuclear no país, bem como a proteção dos materiais e conhecimentos sensíveis relacionados aos programas e projetos da área nuclear.

Em relação à subfunção Informação e Inteligência, a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN atuou na produção de conhecimentos sobre assuntos vinculados à dimensão nacional e internacional dos interesses do país, considerando a ocorrência de ameaças e oportunidades com capacidade de influenciar a gestão e a ação governamental federal, em nível de condução das políticas públicas. Foram elaborados mais de 1.000 documentos relativos ao terrorismo; aspectos sociais, políticos e econômicos da conjuntura internacional; segurança pública e crime organizado; atuação de estrangeiros no Brasil; meio ambiente e biodiversidade; questões fundiárias; questões indígenas; cultivo, processamento e tráfico de drogas ilícitas; espionagem; sabotagem; proteção de conhecimentos sensíveis; programa nuclear; comércio ilegal de armas, explosivos e munições; biossegurança e biodefesa; tráfico de pessoas; situação de brasileiros em áreas de fronteira; cooperação internacional nas áreas química, biológica, nuclear, de mísseis e satélites em outros países; e exploração de recursos minerais.

A ABIN deu continuidade ao Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento - PNPC, cuja finalidade é sensibilizar e incrementar a adoção de práticas preventivas de proteção por instituições e organizações públicas e privadas, e ao Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis - Pronabens, executado em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem por objetivo prevenir e impedir atividades de atores estatais ou não-estatais que utilizem o comércio internacional para apoiar de forma ilegal projetos de construção de armas de destruição em massa. Nesse sentido, foram realizados diagnósticos em 32 entidades, promovidos eventos e assinados acordos e convênios com detentores de conhecimentos e recursos estratégicos para o desenvolvimento e a segurança do país.

Na parte de capacitação profissional em atividades de Inteligência foram oferecidos 58 cursos, que resultaram no treinamento de 1.673 pessoas em 2009, alcançando quadros da ABIN, do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN, de outros órgãos públicos do Executivo Federal e da Administração Pública estadual, de órgãos do Poder Judiciário, além de integrantes de serviços de Inteligência estrangeiros. Destacou-se a priorização das capacidades analítica e operacional, de modo a atender a demanda originária das diversas instituições e organizações parceiras.

Em nível de desenvolvimento científico e tecnológico, com ênfase na segurança da informação, foram desenvolvidas

pesquisas em criptografia com finalidade de aprimorar a segurança das informações.

Na parte específica de comunicações, foi finalizado o desenvolvimento do Telefone Seguro Governamental (TSG-NML), destinado a suprir a Administração Pública Federal de sistema de telefonia fixa com segurança criptográfica. Deu-se, ainda, continuidade ao desenvolvimento do Telefone Seguro Governamental (TSG-M) para telefonia móvel; à implementação de plataformas criptográficas na versão portátil, visando à segurança de arquivos em computadores, e na versão de alto desempenho, para o estabelecimento de redes privadas virtuais entre instalações remotas.

Ainda na área de tecnologia, foi consolidada rede segura para a transmissão de dados entre a sede da ABIN, em Brasília, e as superintendências localizadas nas Unidades da Federação. Além disso, foram instalados equipamentos criptográficos com algoritmos proprietários ABIN em órgãos parceiros do SISBIN, ampliando a segurança no sistema de comunicações.

Destaca-se, de forma especial, a participação da ABIN no Comitê Ministerial para a Elaboração da Política Nacional de Inteligência e Reavaliação do Sistema Brasileiro de Inteligência, criado em fevereiro de 2009. Após meses de trabalho, o Comitê elaborou proposta de Política Nacional de Inteligência, que foi apresentada ao Presidente da República e enviada ao órgão de controle externo da atividade de Inteligência no Congresso Nacional, para exame e sugestões. O texto elaborado pelo Comitê observa os valores e princípios fundamentais inscritos na Constituição Federal, as obrigações decorrentes dos tratados, acordos e demais instrumentos internacionais de que o Brasil é parte, as condições de inserção internacional do país e sua organização social, política e econômica. Define, também, os parâmetros e limites de atuação da atividade de Inteligência e de seus executores e estabelece pressupostos, objetivos, instrumentos e diretrizes no âmbito do SISBIN.

Em relação à Subfunção Telecomunicações – associada com ações da subfunção Administração Geral, ocorreu uma grande participação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC. As principais ações finalísticas estão na subfunção Telecomunicações, que cresceu 4,25% entre 2008 e 2009. Para a Ação Gestão do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação destinaram-se cerca R\$ 162,5 milhões, 42,4% do orçamento total da EBC enquanto que na Ação Prestação de Serviços de Radiodifusão, Comunicação e Transmissão de Atos e Fatos do Governo Federal aplicaram-se cerca de R\$ 40,6 milhões, 10,6% do orçamento total. As duas ações representaram 98,8% da subfunção Telecomunicações. Em ambas, sobressaem os investimentos na aquisição de equipamentos para atualização tecnológica da empresa, assim como a elevação dos gastos de custeio e investimento com produções audiovisuais para o Sistema Público de Comunicação.

A EBC avançou na implantação do Sistema Público de Comunicação, destacando-se as seguintes iniciativas:

i) renovação de 25% da grade de programação da TV Pública Federal/TV Brasil, para oferecer programação diferenciada, de cunho informativo, educativo, cultural, artístico e científico, com ênfase no exercício da cidadania. Foram transmitidas mais de seis mil horas de programação, metade das quais, constituída de conteúdos inéditos. Cerca de 20% dos programas de conteúdo jornalístico foram produzidos regionalmente, pelas emissoras estaduais que compõem com a TV Brasil a Rede Pública de Televisão;

ii) implantação dos canais digitais de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, investimentos nos sistemas irradiantes em modelo analógico do Rio de Janeiro e de Brasília; início de reforma das torres de transmissão do Rio de Janeiro e do Maranhão; e investimento de R\$ 100 milhões em modernização tecnológica, mediante aquisição de equipamentos digitais e capacitação;

iii) consolidação da Rede Pública de Televisão, mediante o fornecimento de 68% da programação das TVs educativas e universitárias estaduais, com as quais firmou parcerias para a troca de conteúdos, o fomento à produção informativa e cultural regional e a modernização tecnológica;

iv) formulação do projeto Operador Único da Rede Digital Pública de Televisão, que prevê a constituição de Sociedade de Propósitos Específicos, por meio de parceria público-privada, para a construção, montagem e operação de infraestrutura para transmissão em sistema digital, compartilhada por emissoras de televisão dos três Poderes. O Operador Único reduzirá os custos operacionais das emissoras que o utilizarem e contribuirá para acelerar a migração para o sistema digital;

v) realização de investimentos para a atualização tecnológica de oito emissoras de rádio, investindo na programação e na construção de rede pública de rádio com emissoras não comerciais, tais como as educativas, as universitárias e as comunitárias;

vi) atendimento ao Governo na área de comunicação: transmissão de atos e eventos; produção de imagens, áudios e matérias jornalísticas referentes a viagens presidenciais; consolidação do programa Cenas do Brasil; produção de programação inédita relacionada com políticas públicas; produção, edição e distribuição do programa de rádio Café com o Presidente; produção do programa radiofônico Bom Dia, Ministro; produção, edição e veiculação do radiojornal A Voz do Brasil, bloco do Poder Executivo; produção, edição e veiculação do programa radiofônico Brasil em Pauta; e planejamento do canal internacional da TV Pública, em língua portuguesa, a ser lançado em 2010, cobrindo inicialmente as três Américas, África e parte da Europa. Divulgará o Brasil, sua cultura, suas riquezas e potencialidades e atenderá demanda das comunidades brasileiras.

Por intermédio de seus quatro canais abertos, da TV por assinatura e da difusão pela Banda C, que alcança mais de 50 milhões de brasileiros por meio de antenas parabólicas, a TV Pública tornou-se conhecida em todas as regiões.

Pesquisa do Datafolha constatou que a TV Brasil é conhecida por 34% dos brasileiros, é assistida regularmente por 10%, dos quais 80% aprovam a programação oferecida.

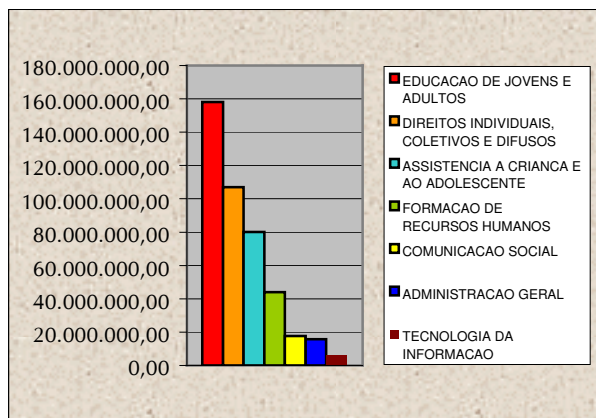
Função - Direitos da Cidadania

O crescimento relativo da função Direitos da Cidadania vem sendo observado em relação às demandas apresentadas a fim de atender à implementação progressiva de atividades junto à sociedade brasileira. No Âmbito dessa função, 14 existem várias unidades da PR cujas atribuições estão diretamente vinculadas com a execução de ações e programas afetas à área, conforme se pode visualizar a partir da análise da execução dessas unidades. De um orçamento atualizado de R\$ 1.025.085.815,00 tem-se que:

EXECUÇÃO DA FUNÇÃO DIREITOS DA CIDADANIA, POR UNIDADE GESTORA

U/G EXECUTORA	EMPENHOS LÍQUIDOS
110001 - Secretaria de Administração/PR	5.718.369,13
110235 - Secretaria Nacional de Juventude	176.602.778,76
110244 - Fundo Nacional Para a Criança e o Adolescente	31.162.937,48
110245 - Fundo De Imprensa Nacional/Exec.Orc.Financ.	116.945,00
110319 - Secretaria de Comunicação Social/PR	17.349.923,11
170940 - Coord-Geral de Planej. e Orcamento/DGI/SE/CGU	12.526,50
200016 - Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR	124.372.499,02
200021 - Secretaria Esp. de Políticas para as Mulheres	62.819.805,61
238012 - Sec. Espec. de Polit. de Prom. da Iguald. Racial	16.082.307,75
TOTAL	434.238.092,36

EXECUÇÃO NAS SETE PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO 14 - DIREITOS DO CIDADÃO



Na análise por subfunções, verifica-se uma concentração de créditos orçamentários na "Educação de jovens e Adultos", conforme se vê no gráfico acima.

Principais Resultados

Em relação ao desenvolvimento das ações vinculadas à subfunção "Assistência à Criança e ao Adolescente", desde 2005, foi instituído o Programa Nacional de Inclusão de

Jovens – Projovem, que no início, teve como objetivo atuar em todas as 27 capitais brasileiras, e já em 2006, o Programa foi expandido para 34 cidades com população igual ou superior a 200.000 habitantes, atendendo a jovens entre 18 e 29 anos que sabem ler e escrever, mas que não concluíram o Ensino Fundamental.

Em meados de 2007, o Governo Federal lançou o Projovem Integrado, PJI, que unificou seis programas já existentes voltados para a juventude: Projovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Consórcio de Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica.

O Projovem Integrado, instituído pela Lei nº 11.692, de 10/06/2008, compreende as seguintes modalidades: I - Projovem Urbano; II - Projovem Adolescente; III - Projovem Campo e IV - Projovem Trabalhador.

A integração de programas em uma política de juventude consolida a gestão intersetorial, compartilhada com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O projeto pedagógico do Projovem Urbano está fundamentado na integração entre a Formação Básica (ensino fundamental), a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã. O programa pressupõe a inter-relação dessas três dimensões, num processo que considera o jovem protagonista de sua formação como ser humano e cidadão, o que exige mudanças tanto na gestão quanto na atuação em sala de aula.

O Projovem Urbano tem como meta para o período de 2008 a 2010 o atendimento a 900 mil jovens em todo o país. Até o momento, 129 entes federados aderiram ao Programa: 106 municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes e 23 estados, que atendem municípios com menos de 200 mil habitantes. Além disso, em parceria com o PRONASCI, do Ministério da Justiça, o Programa está presente também em estabelecimentos penais, e atende a 554 jovens dos estados do Acre, Pernambuco e Rio de Janeiro. Entre 2008 e 2009, 348.770 jovens foram matriculados no Programa.

Em 2009, o limite orçamentário para o Projovem Urbano foi de R\$ 563.724.077,10, e foram executados 99,39%, ou seja, R\$ 560.281.014,43.

Aos estados e municípios que participam do Projovem Urbano, foram feitas transferências diretas de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, na ordem de R\$ 331.419.676,52 (R\$ 322.931.831,18 na subfunção Educação de Jovens e Adultos e R\$ 8.487.845,34 na subfunção Formação de Recursos Humanos).

A gestão do pagamento e manutenção do auxílio financeiro mensal para os estudantes do Programa é feita diretamente pela Coordenação Nacional do Projovem Urbano/SNJ/SG/PR, por meio de contrato firmado com a Caixa Econômica Federal. Em 2009, foram empenhados

recursos para este fim no valor de R\$ 158.020.471,59 na subfunção 366 – Educação de Jovens e Adultos e R\$ 2.540.000,00 para pagamento do contrato com a Caixa, na subfunção 123 – Administração Financeira.

A implementação e execução da formação de gestores e de formadores estão a cargo da Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, por meio de sua Assessoria Pedagógica, em parceria com a Fundação Darcy Ribeiro - FUNDAR e a Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE/UFRJ. O planejamento da formação dos educadores cabe às Coordenações Locais, e sua execução a uma instituição formadora selecionada pelo município ou estado. Para a realização das ações de formação, foram investidos, em 2009, R\$ 15.631.575,41 na subfunção 128 – Formação de Recursos Humanos.

Em 2009, foram realizados 19 eventos de formação inicial de gestores, que reuniram 1.855 profissionais e 10 eventos de formação continuada com a participação de 791 gestores. Nesse ano, foram realizados, ainda, 24 eventos de formação inicial para 519 formadores e um evento para a formação de 20 formadores do ProJovem Urbano nas Unidades Prisionais, além de outros 81 eventos de formação continuada de formadores.

O material didático utilizado nas unidades formativas para atendimento da meta de 2008 e 2009 foi impresso e distribuído pelo FNDE, resultando na edição de 3.944.900 exemplares, distribuídos aos alunos do ProJovem Urbano. Além desse material, a Coordenação Nacional do PJU organizou a reprodução e distribuição de DVDs de Inglês e CD dos Estudos Complementares I e II, para atendimento à demanda referente às entradas ocorridas em 2009.

Também, em 2009, foi organizado todo o material didático voltado especificamente para o desenvolvimento dos Arcos Ocupacionais, bem como o material específico para atender aos alunos do ProJovem Urbano nas Unidades Prisionais. A Coordenação Nacional organizou, ainda, a produção e distribuição de CDs com bancos de questões das provas das Unidades Formativas de I a VI, para as Coordenações Locais. Ao todo, foram gastos R\$ 4.657.467,78 na subfunção 366 – Educação de Jovens e Adultos.

Ao longo desses anos, a Coordenação Nacional do Programa vem realizando o seu monitoramento e a sua avaliação por meio de uma rede de instituições acadêmicas especializadas denominada: Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA). Em 2009, especificamente, foram repassados às Universidades Federais, R\$ 38.846.516,05 na subfunção Administração Geral.

As Universidades atuam no monitoramento, supervisão, avaliação externa de alunos e avaliação do Programa (denominados subsistemas do SMA), a partir de desenho metodológico previamente definido pelo Conselho Técnico, instância de decisão do SMA. Com base nos relatórios emitidos pelo SMA, a Coordenação Nacional atua permanentemente junto às Coordenações estaduais e

municipais do ProJovem em todo o país, na busca de soluções para os problemas detectados.

O ano de 2009 foi marcante para a afirmação e a solidificação da política de Direitos Humanos no Brasil. Na esteira de uma conferência nacional, que mobilizou mais de 14 mil representantes de ampla diversidade de grupos sociais e governos, foi lançada a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos. O PNDH 3 reafirma o compromisso nacional com os Direitos Humanos universais, indivisíveis e interdependentes e estabelece o caminho para o país avançar na garantia dos Direitos Humanos com controle social que, de forma inédita, prevê a articulação interministerial com definições de responsáveis.

A Educação em Direitos Humanos – EDH é eixo estratégico para a construção de um novo patamar de respeito à dignidade da pessoa humana. Nas ações de sensibilização e reflexão, houve a entrega da 15ª edição do Prêmio Direitos Humanos e a publicação da 2ª, 3ª e 4ª edições da Revista Direitos Humanos. É relevante mencionar a realização da 4ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos na América do Sul (em 16 capitais, quatro a mais que em 2008), que contou com cerca de 22 mil expectadores, e da 4ª edição do Festival de Direitos Humanos (Show e Semana dos Direitos Humanos), em Recife, envolvendo cerca de 100 mil pessoas.

Os serviços de atendimento ao cidadão, que beneficiaram cerca de 230 mil pessoas em todo o Brasil, são prestados por meio de uma rede de pontos de atendimento com equipes multidisciplinares prontas a orientar e agir pela garantia e efetivação dos direitos de populações com dificuldades de acesso a serviços públicos e vítimas de violações. A articulação dos serviços de proteção a pessoas ameaçadas – proteção a vítimas e testemunhas, proteção a defensores e proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte – avança na perspectiva da consolidação de um sistema nacional de proteção.

Atenção especial foi concedida à reparação das pessoas atingidas pela hanseníase que tiveram seus direitos violados por terem sido submetidos à internação e ao isolamento compulsório em hospitais-colônias. Já foram analisados mais de 60% dos 10 mil requerimentos apresentados solicitando pensão especial. Até o final de 2010, todos os demais serão avaliados. Importante ressaltar que a meta inicial era de 4 mil deferimentos em 4 anos, número esse alcançado em apenas dois anos de trabalho.

Também merecem destaque: a realização da pesquisa “Perfil dos municípios brasileiros - MUNIC 2009”, cujos resultados devem ser anunciados em 2010; o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT e a criação da Coordenação Geral de Direitos LGBT na SEDH; o lançamento do projeto Memórias Reveladas; a exibição da mostra fotográfica “A Ditadura no Brasil”, vista por mais de 2,5 milhões de pessoas em 50 cidades brasileiras, além de Buenos Aires e Coimbra; a realização de expedições à região do Araguaia para busca de restos mortais de integrantes da chamada “Guerrilha do Araguaia”; e a identificação, após 13 anos,

dos restos mortais de Bergson Gurjão Farias, desaparecido na Guerrilha, por meio de novas tecnologias.

No cenário internacional, o crescente protagonismo brasileiro em temas de Direitos Humanos é marcado pela transparência e cooperação, com ênfase na relação sul-sul. No ano 2009, a SEDH consolidou a parceria com a Guiné Bissau para assistência técnica nas áreas de registro civil de nascimento e EDH. Também foi celebrado compromisso de apoio ao Togo para aprimoramento da política de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, por intermédio da disseminação da metodologia do Disque 100.

Atendendo a convite, visitaram o país, em abril, o Presidente do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU, e, em novembro, a Alta Comissária para Direitos Humanos da ONU, ocasião em que se assinou um memorando de intenções entre o Brasil e o Alto Comissariado com vistas à cooperação sul-sul em Direitos Humanos, além de ações específicas na proteção a defensores de Direitos Humanos e na construção de mecanismos de defesa no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU. No âmbito da OEA, a SEDH coordena a implementação de duas sentenças emitidas, em 2009, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Brasil (casos “Sétimo Garibaldi” e “Escher e outros – Interceptações telefônicas”). No Mercosul, foram realizadas as XV e XVI Reuniões das Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul e países associados.

Os eixos da Agenda Social do Governo sob a coordenação da SEDH integram as principais ações estruturantes no setor e demonstram a interação e a integração de um conjunto de programas em prol do atendimento das demandas sociais.

Assim, inicialmente, faz-se destaque o eixo Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, vez que atua na garantia de direito básico e inicial de cidadania que abre a porta para a conquista de outros direitos. Cabe mencionar, portanto, a assinatura, pelo Presidente da República, dos “Compromissos Mais Nordeste e Mais Amazônia pela Cidadania” para a superação de situações e índices que marcam a desigualdade regional no país.

No eixo Crianças e Adolescentes, dentro do projeto “Na Medida Certa”, além do financiamento de novas unidades adequadas aos novos parâmetros do Sinase e de programas municipais para execução das medidas socioeducativas em meio aberto, foi concretizada a matriz unificada de formação, que permitirá a todos os centros de formação trabalhar os mesmos temas necessários à qualificação dos profissionais do sistema socioeducativo. No projeto Bem-Me-Quer, destaca-se o programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte, hoje funcionando em 8 estados e sendo implantado em outros 3. O serviço Disque 100, para denúncias de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, registrou, em 2009, 29,7 mil denúncias. Foi desenvolvido sistema de categorização das denúncias em *software* livre, disponibilizado para a rede de disques denúncia locais, favorecendo a unificação de

dados de denúncias. Para fazer frente a essa situação, destaca-se a expansão do Programa de Ações Integradas e Referenciais para o Enfrentamento da Violência Sexual – PAIR e a priorização de parceria com poder público visando à inclusão do PAIR nos PPAs estaduais e municipais, além da adaptação da metodologia para municípios de pequeno porte e da implementação do processo de monitoramento da metodologia do Programa. Grande destaque cabe ao lançamento do primeiro relatório do Índice de Homicídios na Adolescência – IHA, que estima o risco de mortalidade por homicídios de adolescente em cidades com mais de 100 mil habitantes.

No projeto De Volta para Casa, ressalta-se a sanção da Lei nº 12.010/09, que dispõe sobre adoção e o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a crianças e adolescentes, e a aprovação da Lei nº 11.900/09, que possibilita que crianças e adolescentes sejam ouvidas por videoconferência, garantindo processo mais humanizado do que o atual.

Foi realizada a 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a maior edição desde a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, contando com 2.352 participantes e aproximadamente 1.800 delegados. Pela primeira vez, cerca de 30% deles eram adolescentes, o que garantiu espaço para que opinassem diretamente sobre as políticas públicas a eles direcionadas. De forma inovadora, a 8ª Conferência teve foco na formulação da Política Nacional e de um Plano Decenal, o que aponta para uma perspectiva estruturante e de planejamento em médio prazo. Por fim, destaca-se o lançamento do Portal Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que reúne dados e indicadores para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

No eixo “Pessoas com Deficiência”, destaca-se a assinatura, pelo Presidente da República, do Decreto nº 6.949/09, que promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, recepcionada no ordenamento jurídico com status de emenda constitucional. Nas ações de educação e de mobilização de parceiros, deve ser ressaltada a veiculação das campanhas nacionais “Iguais na Diferença – Campanha pela Inclusão das Pessoas com Deficiência” e “Acessibilidade – Siga esta idéia”.

Em termos orçamentários, a SEDH dispôs de dotação autorizada em lei no montante de R\$ 223 milhões, nas duas unidades orçamentárias que coordena, valor esse que representa a maior dotação orçamentária já recebida pela Secretaria desde a sua criação, em 2003. A análise da evolução do volume de empenhos líquidos, nas subfunções orçamentárias, descortina o grande impacto causado pela Agenda Social estabelecida pelo Presidente da República. Entre 2007 e 2009, tempo de existência da Agenda, a subfunção 243 - “Assistência a Criança e ao Adolescente” aumentou em 90%. No que tange ao eixo Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, observou-se grande impacto nas subfunções “Direitos individuais, coletivos e difusos” (57%), focado na realização de mutirões e na implantação de unidades de registro interligadas entre cartórios e maternidades, e Comunicação Social (1200%), para a realização de

Campanha publicitárias na mídia nacional e regional para a promoção do registro civil.

Avanços significativos foram observados no que tange ao controle das transferências voluntárias. Destacam-se, inicialmente, a implantação do Siconv e a constituição na SEDH de unidade específica de formalização de convênios (que concede maior qualidade aos projetos no seu nascedouro). A partir da reestruturação da SEDH viabilizada pela Lei nº 11.958/2009, nova unidade focada na fiscalização dos projetos será instalada em 2010, para dar seguimento às ações de monitoramento à distância e in loco. Concomitantemente, a Secretaria manteve a prática já consolidada de realização de encontros de capacitação de convenientes para aperfeiçoamento da execução.

Também em relação à execução da subfunção Direitos individuais, coletivos e difusos, no âmbito da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, em 2009, o orçamento atingiu o montante de R\$ 77.014.798, representando 25,3% a mais que no ano anterior. No que se refere à execução da despesa (Empenhos Emitidos) alcançou a soma de R\$ 73.770.422 correspondente a marca de 95,8% da dotação autorizada, o melhor índice de desempenho ao longo do período.

Dentre as subfunções executadas, a subfunção “Direitos Individuais, Coletivos e Difusos” é a que apresenta um crescimento acentuado em todos os anos do período, sendo de 33,6% em 2.009 em relação a 2.008, basicamente porque corresponde às ações dos programas finalísticos. As demais subfunções referem-se às ações meio, ou de apoio. Efetivamente, essas oscilações indicam que a Secretaria, uma vez estabelecida, com seu corpo administrativo, vai progressivamente desenvolvendo suas atividades finalísticas em todo o território nacional.

Muitas foram as ações para a consecução de resultados voltados aos Direitos da Cidadania, destacando-se o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM), que foi implementado no período de 2005 a 2007, consolidou a atuação de 17 órgãos do Governo Federal no que diz respeito às políticas de gênero e para as mulheres. Seus resultados foram avaliados na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM) por mais de 2,5 mil delegadas, representantes dos poderes executivos das três esferas da federação e dos mais diferentes segmentos e grupos da sociedade civil organizada.

A partir das demandas e deliberações da II CNPM, o Governo Federal elaborou e lançou o II PNPM, que contemplou seis novas áreas de atuação estratégicas, além daquelas já existentes no I PNPM¹. Portanto, é importante destacar que foram desenvolvidas e apoiadas, em 2009, diversas iniciativas e ações nas áreas do II Plano Nacional, a exemplo da educação e cultura, do trabalho e da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, além do enfrentamento da violência cujas ações estão

contempladas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Com a finalidade de acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos, metas, prioridades e ações definidas no Plano, foi instituído por meio do Decreto nº 5.390/2005, o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê realizou, em 2009, oito reuniões ordinárias, bem como desenvolveu um novo Sistema de Acompanhamento do Plano, por meio do qual os órgãos envolvidos na sua execução podem informar os resultados das ações sob sua responsabilidade e prestar contas à sociedade civil.

Para ampliar o alcance do II Plano, o Governo Federal vem atuando no sentido de buscar a parceria dos governos estaduais e municipais. Para tal, definiu-se como principal estratégia, a partir de 2008, o estímulo à formulação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, conforme recomendação da totalidade das Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres.

Nesse sentido, cabe mencionar que os estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul lançaram os seus planos estaduais de políticas para as mulheres, elaborados a partir das diretrizes do II Plano Nacional. Além disso, o Governo Federal apoiou, em 2009, a construção de seis novos Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres (MA, MG, MS, RJ, RN e SP), os quais deverão ser lançados em 2010.

Também relevante, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, parte da Agenda Social do Governo Federal, implementou em 2009 mais 11 Unidades da Federação (Amapá, Amazonas, Alagoas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Sergipe), além dos 13 estados pactuados em 2008. Em 2010, o Pacto será iniciado também nos demais estados (Mato Grosso e Paraná) e no Distrito Federal.

Com o lançamento do Pacto Nacional, os recursos autorizados nos orçamentos anuais da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) para as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres sofreram um aumento de 81,6% no período de 2007 e 2009. O Pacto Nacional representa, portanto, a grande prioridade do Governo Federal nesta área.

As ações do Pacto foram estruturadas em quatro grandes áreas: consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da AIDS, combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

Na área da Consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e a implementação da Lei Maria da Penha, é importante destacar as parcerias com governos estaduais e municipais, resultando em apoio à construção/reforma/reaparelhamento de serviços

¹ Autonomia e igualdade no mundo do trabalho; educação inclusiva e não-sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento da violência; e gestão e monitoramento do Plano.

especializados de atendimento à mulher em situação de violência. Com isso houve um aumento de 23,8% no número de Delegacias Especializadas, de 54,5% no número de casas de abrigo existentes e 228,6% no número de centros de referência, em comparação a 2003. O país conta, atualmente, com 421 Delegacias ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher, 138 Centros de Referência de Atendimento à Mulher e 68 Casas Abrigo, além de 14 Defensorias Públicas da Mulher e 64 Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas Criminais adaptadas; apoio à capacitação de profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência; apoio a iniciativas de prevenção à violência contra as mulheres e de fortalecimento dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão; apoio à promoção e realização de campanhas de prevenção, e combate à violência contra as mulheres.

Em 2009, destacam-se ainda outras ações de grande destaque realizadas no âmbito do Pacto. O Governo Federal realizou o estudo Diálogos sobre Segurança Pública, inédito no Brasil, que apresenta a visão de 213 mulheres de diferentes ocupações, classes sociais, orientações sexuais e religiosas sobre a segurança pública. Não só foram os problemas apontados pelas mulheres, mas também soluções para a melhoria da segurança. Entre elas, está a necessidade de uma política intersetorial e transversal que garanta o acesso integral às garantias do Estado de Direito. Como resultado do projeto mencionado, foi publicado o livro “Segurança Pública – Outros olhares, novas possibilidades”, que contém artigos de colaboradores que participaram dos encontros com mulheres nas sete cidades em que se realizaram os “diálogos”, além de sugestões e orientações de pesquisadores para a formulação de uma política nacional de segurança pública.

Na área de capacitação, cabe mencionar ainda a realização da III Jornada da Lei Maria da Penha, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Durante o encontro, os principais temas abordados foram: balanço de funcionamento das Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher no Brasil, cujo objetivo é inibir a prática dos maus tratos, além de atuar na recuperação dos agressores com vistas à reabilitação familiar. As varas especializadas já foram implantadas em, aproximadamente, 85% dos tribunais de Justiça brasileiros; resultados dos cursos de capacitação sobre a Lei Maria da Penha, realizados pelo CNJ, em parceria com as Escolas de Magistratura, que já ofereceram mais de 750 vagas para a formação de juízes com competência para tratar a matéria; e tratar sobre a estrutura brasileira da rede de atendimento à mulher.

Em agosto de 2009, foi lançado o “Prêmio Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha” em comemoração aos três anos da Lei Maria da Penha. Criado para estimular a correta aplicação da legislação, ele será concedido às pessoas físicas ou jurídicas indicadas por terceiros, cujos trabalhos ou ações merecem especial destaque no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

A Central de Atendimento à Mulher, serviço ofertado pelo Governo Federal para receber denúncias e relatos de violência contra a mulher, orientar as mulheres sobre seus direitos e encaminhá-las para os serviços da Rede de Atendimento representa uma importante porta de entrada na rede de atendimento para as mulheres em situação de violência, além de fornecer informações essenciais para subsidiar a formulação e o acompanhamento das políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres.

Destaca-se, ainda, a realização do I Encontro do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - FONAVID, cujo tema foi “Efetividade da Lei Maria da Penha”. Os objetivos do encontro foram compartilhar experiências e uniformizar procedimentos afetos à Lei, discutir as decisões oriundas dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, sob o prisma da efetividade jurídica e, ainda, avaliar as vantagens e desvantagens de ampliação de competência do sistema. O Fórum foi criado em março de 2009, como resultado das discussões da III Jornada da Lei Maria da Penha, com o fim de reunir juízes de todo o Brasil que atuam na temática. Em dezembro de 2009, foi realizado também o encontro de Promotores que trabalham com a Lei Maria da Penha, reunindo, em Brasília, cerca de cinquenta profissionais da área para discutir o tema.

Em relação à área Promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da AIDS, no campo da saúde, cabe destacar o lançamento do Relatório sobre Epidemia Global de AIDS, uma parceria do governo brasileiro com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS). A estimativa de novas infecções, a ocorrência de óbitos em todo o mundo, os novos perfis da epidemia e perspectivas futuras encontram-se entre as diversas constatações do estudo que aborda, ainda, questões como o acesso dos jovens à informação básica sobre o HIV; a prevenção da transmissão vertical; a relação entre a tuberculose e a Aids; o número de pessoas infectadas que não tem conhecimento do seu estado soropositivo; e a feminização da doença.

O Governo Federal apoiou a realização do documentário “Positivas”, lançado em celebração ao Dia Mundial de Luta contra a AIDS, que aborda a feminização da AIDS e tem como principal alvo o estigma em torno da doença. O filme acompanha a vida de mulheres que foram surpreendidas pela notícia da doença em um ambiente até então seguro e moralmente “adequado”, o do casamento ou de relações estáveis que mantinham com os companheiros. Por meio dos relatos das mulheres, a obra aponta os principais fatores responsáveis pela feminização da AIDS no país mostrando que, apesar do luto inicial que acompanha a notícia e do preconceito que vem em seguida, viver com AIDS não é o fim da vida e, ao contrário, pode significar uma nova chance à vida e à sexualidade.

Em 2009, realizou-se a revisão do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS e outras DST, lançado em março de 2007. O Plano foi

revisado tendo como referencia os Planos Estaduais elaborados a partir dos seminários macrorregionais e de consulta pública realizada pelo Governo Federal com vistas ao aperfeiçoamento do Plano.

No que se refere ao Combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, os governos do Brasil e do Suriname aprovaram, em maio de 2009, a Declaração de Belém, documento que propõe medidas de combate ao tráfico de seres humanos, estabelecido através da fronteira entre Brasil e Suriname. O I Encontro Binacional Brasil – Suriname é considerado uma das principais estratégias do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Ainda no âmbito do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cabe destacar o fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: em concomitância com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, todas as ações de fortalecimento de serviços da Rede levam em conta a estruturação e adaptação dos serviços para o atendimento diferenciado às mulheres vítimas de tráfico de pessoas.

Capacitação dos profissionais da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: mais de 3 mil profissionais e 10 mil multiplicadores foram capacitados na temática de tráfico de mulheres. Em dezembro de 2009, todas as operadoras da Central de Atendimento à Mulher – 180 foram sensibilizadas no tema e podem, hoje, encaminhar denúncias diretamente à Polícia Federal, além de prestar informações sobre tráfico e exploração sexual.

É importante destacar, ainda, uma iniciativa inédita no mundo - o Governo Federal criou um Centro Tri-nacional de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e Tráfico de Pessoas, em parceria com os organismos de políticas para as mulheres do Paraguai e Argentina e com a Prefeitura de Foz do Iguaçu. Trata-se de um espaço direcionado ao atendimento especializado às mulheres dentro da Casa do Migrante deste município, que será responsável por identificar casos de violência e tráfico contra as mulheres migrantes na região, além de encaminhá-las aos serviços de atendimento à mulher dos três países. Com essa iniciativa, pautada sob a ótica do enfrentamento à violência contra a mulher em geral no âmbito da REM (Reunião Especializada da Mulher - Mercosul), o Brasil se consolida como referência internacional em políticas públicas no enfrentamento ao tráfico de mulheres, especialmente nas regiões de fronteira seca.

Para 2010, é prioridade replicar a experiência de Foz do Iguaçu em outras regiões de fronteira seca que se constituam em rotas de tráfico de pessoas. Já foram iniciadas as negociações para implantação do serviço de fronteira no município de Pacaraima, numa parceria entre Brasil e Venezuela.

Por fim, na área de Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão, o Governo Federal deu continuidade ao Mutirão de Assistência Jurídica às Mulheres em Situação de Prisão, contribuindo para a efetivação de parcerias com as Defensorias Públicas de 18

estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Acre, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia, Ceará, Piauí e Rondônia.

No plano do Legislativo, destaca-se o encaminhamento ao Congresso Nacional de proposta de Projeto de Lei que cria mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens nas relações de trabalho urbano e rural e, coíbe práticas discriminatórias neste âmbito. Produzida pelo Governo Federal, a proposta leva em conta princípios constitucionais, normas internacionais ratificadas pelo Brasil e convenções da Organização Internacional do Trabalho. O objetivo da mobilização em torno da criação de uma Lei que trate sobre igualdade no mundo do trabalho é efetivar, nesta esfera, o princípio constitucional da igualdade entre mulheres e homens, orientando-se pela idéia de traduzir a declaração de igualdade, consagrada em dispositivos constitucionais e normas infraconstitucionais destinadas a prevenir e coibir quaisquer práticas discriminatórias lesivas à dignidade das mulheres. Busca-se, assim, garantir que a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorra em respeito às especificidades da condição feminina e a permanência delas no emprego, combatendo inclusive com ações do Estado, todas as formas de discriminação em razão de sexo, raça e etnia.

Na área de Articulação Internacional, o governo brasileiro participou da Segunda Sessão Ordinária do Comitê Diretivo da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), da Organização dos Estados Americanos, na qual foram discutidos os avanços no tema de eliminação da violência contra a mulher e o fortalecimento do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), oportunidades para as mulheres frente à crise financeira, entre outros assuntos. A CIM foi o primeiro organismo intergovernamental criado para tratar especificamente do tema dos direitos da mulher.

O Brasil participou, também, do Seminário sobre os Avanços e Ações-Chave para a Implementação do Programa de Ação de Cairo a 15 Anos da sua Aprovação, na sessão Igualdade de Gênero e empoderamento das mulheres, organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), dentro das comemorações do 15º aniversário da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento.

No âmbito da função “Direitos da Cidadania” a participação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR representou, em 2009, 3,96% dos recursos.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas pela SEPPIR por meio de ações próprias ou de convênios com entidades da sociedade civil e entes federativos, destaca-se a realização da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com a participação de 3.292 cidadãos sendo 1.209 delegados eleitos em conferências municipais e estaduais. As Resoluções da II CONAPIR, realizada após a publicação do PLANAPIR - Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, decreto 6.872 - foram compiladas,

publicadas e distribuídas para todo o país. No primeiro semestre cumpre mencionar, ainda, a participação brasileira com grande delegação governamental e de representantes do movimento social na Conferência de Revisão de Durban, presidida pela ONU e onde o Brasil teve papel de destaque.

Na área de Ações Afirmativas merecem destaque: 1) bolsas de estudos para alunos de graduação que ingressam, pelas ações afirmativas, nas universidades públicas, para atendimento de 600 estudantes, durante o período de junho de 2009 a junho de 2010, ao custo de R\$ 1.800.000,00. Estima-se para essa ação o atendimento de 1800 alunos até 2010; 2) realização de 05 Seminários Regionais para "Implementação da Lei 10.639/2003" - abrangendo 27 estados da Federação - em parceria com a SECAD/MEC, ao custo de R\$ 332.895,20 e para 2010 realizar o acompanhamento e avaliação do Plano de Implementação da Lei 10.639/2003 junto ao MEC; 3) assinatura de 17 Convênios com estados e municípios para implantação do Projeto "Farol - Oportunidade em Ação" que estimam atendimento, na sua totalidade, de 4.000 adolescentes e jovens com idade entre 15 e 24 anos em situação de vulnerabilidade social, por um período de doze meses, em que foram aplicados recursos na ordem de R\$ 3.300.000,00; 4) desenvolvimento do Planseq Afro-descendente, ação do Ministério do Trabalho para a qualificação de profissionais em todo território nacional, em 15 áreas do comércio, serviço e saúde, estimando como meta o atendimento de 25.000 jovens em 24 estados; 5) retomada e implantação do Planseq Trabalho Doméstico Cidadão, ação do Ministério do Trabalho para qualificação de trabalhadoras domésticas, nas 29 localidades da União Federativa, objetivando a organização social e exercício da profissão, estimando como meta o atendimento a 2.100 profissionais em 13 estados; 6) desenvolvimento de ações junto ao MEC, Petrobrás, Fundação Roberto Marinho e outros para implantação da Fase II do Projeto "A Cor da Cultura", que visa o desenvolvimento de tecnologia e qualificação de profissionais da educação para aplicação da Lei nº 10.639/2003; 7) parceria com a Biblioteca Nacional para a divulgação de grandes personalidades negras do Brasil, mediante Edição e Lançamentos de quatro livros, para atendimento à Rede de Bibliotecas dos estados e dos 100 maiores municípios, ao custo de R\$ 69.000,00; e 8) diálogo junto a SPM, UNIFEM, IPEA e MEC para implementação do curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, em 2010, estimando atendimento a 7000 pessoas e com orçamento em definição junto UAB/CAPES e SPM.

Por fim, outras parcerias foram realizadas em 2009 para o desenvolvimento das políticas para a Promoção da Igualdade Racial visando o reconhecimento dos Clubes Sociais Negros como patrimônio imaterial; combate ao racismo institucional; produção de material didático e de orientação para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais referente à Lei nº 10.639/2003; capacitação de profissionais da área de segurança pública; e para a temática Cultural Afro-brasileira; apoio ao grupo AfroCensos sobre a rodada de censo da América Latina; realização de Colóquio Internacional sobre História da

África; realização de Seminário Internacional da Juventude Negra e Indígena.

No Programa Brasil Quilombola, houve uma priorização das ações para os cinco estados com maior quantitativo de comunidades quilombolas. Com vistas a ampliar a articulação e a efetivação das políticas para esse segmento, foram realizados cinco grandes seminários, com maior foco para saúde, educação, assistência e desenvolvimento social. Participaram dos seminários regionais: gestores municipais, estaduais e federais, lideranças quilombolas, conselheiros das áreas afins e outros parceiros. Foram empenhados R\$ 4.221.439,24 para projetos voltados ao fortalecimento institucional e estímulo ao controle social das comunidades quilombolas. As ações voltadas às comunidades são executadas, também, pelos demais ministérios que compõem o Programa Brasil Quilombola e atendem demandas de saúde, educação, acesso à terra, previdência, dentre outros direitos.

Função - Transporte

A função Transporte, no âmbito da Presidência da República, representa em termos orçamentários, 10,02% dos créditos disponibilizados para o setor dentro do Orçamento Fiscal. Em termos de responsabilidade pela implementação das ações decorrentes, a função recai sobre a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR), criada em 2007 pela Lei n.º 11.518, possuindo as atribuições e competências, dentre outras, de formulação de políticas públicas, estabelecendo diretrizes para o fomento do setor portuário e a execução de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura dos portos marítimos, com os recursos de investimentos do Orçamento Geral da União (OGU). Além disto, cabe a SEP/PR a participação no planejamento estratégico e a aprovação dos planos de outorgas, visando à segurança e eficiência dos transportes aquaviário e marítimo de cargas e de passageiros no país.

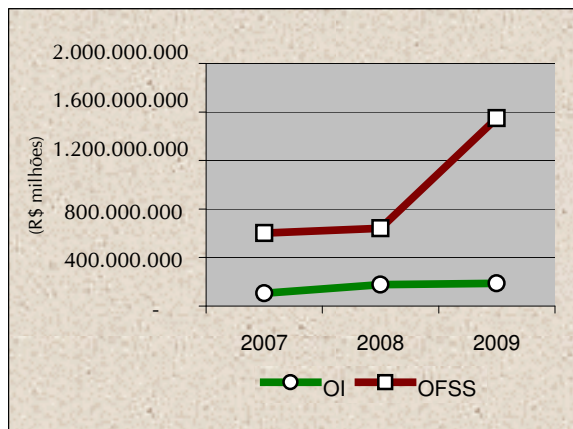
EXECUÇÃO DA FUNÇÃO 26 - TRANSPORTE POR UNIDADE EXECUTORA

UG EXECUTORA	EMPENHOS LÍQUIDOS
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/PR	7.113.527,66
COORDENACAO DE EXEC.ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA	27.609,83
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS/PR	12.062.585,47
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS - OBRAS	1.528.656.663,13
COORD-GERAL DE PLANEJ. E ORÇAMENTO/DGI/SE/CGU	12.526,50
TOTAL	1.547.872.912,59

A SEP executa as suas ações na função Transporte, com destaque para a subfunção 784 - Transporte Hidroviário, na qual estão alocadas as ações de maior importância ao desenvolvimento dos portos marítimos brasileiros. No âmbito da função governamental Transporte, a SEP vem gerenciando e executando, desde 2007, o segmento de obras e intervenções portuárias, por meio de execução direta, convênios e termo de compromissos, bem como a Participação da União no aumento de Capital no

orçamento das Companhias Docas. Em 2009, a execução da SEP para a função Transporte apresentou o montante de R\$ 1,7 bilhões, sendo mais de R\$ 1,5 bilhões no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 186 milhões no Orçamento de Investimento das Estatais.

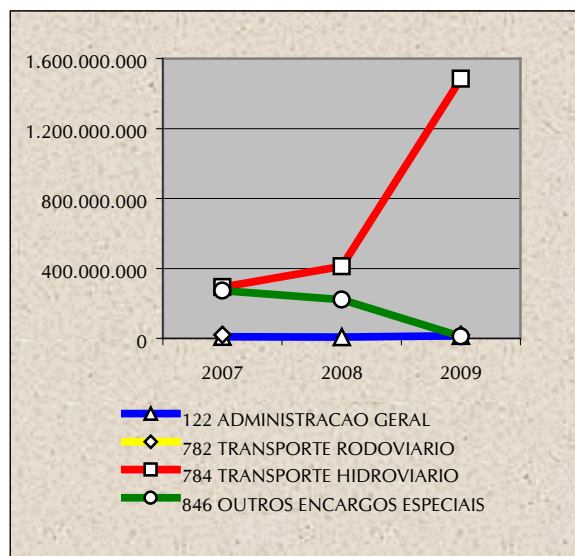
EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DA FUNÇÃO



Observa-se que, em 2009, houve um crescimento relevante na função Transporte em relação aos exercícios anteriores, fato que ocorreu, principalmente, devido à contratação de obras do Plano Nacional de Dragagens e implantação de obras de infra-estrutura previstas no PAC.

Entre as subfunções típicas da função Transporte, executadas pela SEP/PR, conforme quadro demonstrado no início deste relatório, a subfunção "Transporte Hidroviário" destaca-se com maior execução orçamentária em relação às demais subfunções a partir de 2007.

EVOLUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES NA FUNÇÃO 26 - TRANSPORTE VALORES EMPENHADOS (EM R\$ MILHÕES)



Principais Resultados

A SEP conduziu, durante o ano de 2009, as seguintes ações estruturantes: o Programa Nacional de Dragagem (PND), o projeto para a gestão portuária, denominado Porto Sem Papel, além das ações de recuperação e modernização das obras de infraestrutura portuária.

Dos 34 portos marítimos sob a responsabilidade da SEP, 17 encontram-se inseridos no Programa Nacional de Dragagem, nos quais a SEP promove a realização de obras de dragagem de aprofundamento/alargamento de suas vias de acesso aquaviário (canal de acesso e a bacia de evolução).

Os 17 portos marítimos contemplados, neste momento, são: Fortaleza, Natal, Cabedelo, Recife, Suape, Salvador, Aratu, Rio de Janeiro, Itaguaí, Angra dos Reis, Vitória, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Imbituba, Itajaí e Rio Grande. Até 2010, estão previstos no PND investimentos de R\$ 1,5 bilhão, que incluem, além da contratação da execução dessas obras, de dragagem/derrocamento, a contratação do monitoramento ambiental e o apoio à fiscalização, com empresas dotadas de equipamentos e expertise em serviços de batimetria, sísmica e sondagem subaquática.

O PND prevê um volume a ser dragado da ordem de 80 milhões de m³, além da execução de cerca de 550 mil m³ de derrocamento subaquático, o que proporcionará a esses portos condições de recepção de embarcações de grande porte e calado, operando com segurança e favorecendo, assim, o comércio externo pelo aumento de produtividade dos portos e pela redução de fretes e seguros das atividades portuárias e de navegação, alavancando as condições de competitividade do país no mercado internacional.

No âmbito desse programa, em 2009, foram contratadas as obras de dragagem nos Portos de: Rio Grande/RS, Santos/SP, Aratu/BA, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ, Natal/RN, Angra dos Reis/RJ, Itajaí/RJ, e Suape (ilha de Tatuoca)/PE.

Quanto ao monitoramento ambiental, foram firmados termos de convênios com instituições acadêmicas, dotadas de instalações de laboratório para análises de materiais e, principalmente, de expertise em meio ambiente para realizar os estudos pertinentes.

No orçamento de 2009, foram consignadas R\$ 531 milhões, dos quais foram empenhados R\$ 435 milhões.

O denominado PORTO SEM PAPEL constitui-se no desenvolvimento de projeto para a gestão portuária de uma Janela Única Portuária que objetiva centralizar, em um único portal, o recebimento das informações exigidas pelos órgãos fiscalizadores para a chegada, saída e estadia dos navios nos portos brasileiros, integrando as informações num único banco de dados e reduzindo os impactos dos obstáculos e paralisações nas atividades portuárias.

A solução busca a racionalização e a padronização de procedimentos, tendo como efeito positivo a otimização dos processos da cadeia logística nas operações de comércio exterior e cabotagem.

Os principais resultados serão a redução do tempo para liberação das operações portuárias pelos órgãos anuentes, bem como a possibilidade das inspeções serem realizadas levando em consideração a análise de risco, sem prejuízo dos controles governamentais com vistas à defesa dos interesses nacionais.

O projeto PORTO SEM PAPEL – Concentrador de Dados conta com a participação de seis anuentes que interferem na operação portuária: Autoridade Portuária, Receita Federal, Polícia Federal, Anvisa, Vigiagro e Marinha do Brasil. Para tanto, foi proposto Acordo de Cooperação entre a SEP/PR e estes órgãos, o qual já foi firmado com a Anvisa e a Marinha do Brasil.

O sistema está sendo desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, contratado para o desenvolvimento, processamento e operacionalização do Sistema Concentrador De Dados Portuários e, em 2010, deverá ser contratada entidade para a homologação do sistema, cuja fase de testes será iniciada já em abril de 2010, no porto de Santos.

A Secretaria Especial de Portos tem implementado medidas estruturantes, juntamente às Companhias Docas, para o fortalecimento do modelo de gestão portuária brasileiro, no qual o governo é responsável pela infraestrutura com a iniciativa privada investindo em equipamentos, instalações e operação.

Dentre as ações da SEP, salienta-se o acompanhamento e transferência de recursos, via Participação da União no Capital das Cia Docas, para realização de obras de recuperação e de melhoramento nos portos administrados pelas Companhias Docas. No Programa de Aceleração do Crescimento - PAC estão incluídas as seguintes ações: ampliação e melhoria dos acessos terrestres ao Porto de Santos com a implantação das Avenidas Perimetrais Portuárias, nas margens esquerda, com 9,2 km, e direita, com 5,0 km, esta última com término previsto para 2010; dragagem do canal de acesso e bacia de evolução de uma profundidade de 17 m para 20 m (fase 1), do porto de Itaguaí/RJ, com obra concluída em maio de 2009; obras de Repotencialização do Sistema de Atracação de Navios do Terminal Salineiro de Areia Branca, permitindo a atracação de navios de até 75.000 t TPB, que foram concluídas em abril de 2008; obra de construção da Rampa Roll-on Roll-off no Porto de Vila do Conde/PA, que foi concluída em outubro de 2009; e ações de melhoria na infraestrutura portuária e da segurança nos portos

administrados pela Cias Docas como Ampliação do Cais do Porto de Vitória/ES e Ampliação do Pier Principal no Porto de Vila do Conde/PA, cujas obras estão previstas para sua conclusão em março de 2011.

Também foram executadas obras suplementares nos portos organizados com investimentos em ações de instalação de sistemas de defensas, recuperação de berços e do pavimento de áreas internas, modernização da sinalização náutica e terrestre, melhoramentos na infraestrutura portuária como em sistemas elétricos e hidráulicos além de estudos e projetos para racionalização da operação portuária e proteção ao meio ambiente.

Visando solucionar os problemas relacionados com a infraestrutura de logística, e em especial aos acessos aquaviários, a SEP tem investido em diversos empreendimentos, a saber:

i) Ações em execução: obras de ampliação do Pier Principal no Porto de Vila do Conde; estudos e projetos para construção do Terminal Múltiplo Uso, no Porto de Vila do Conde; dragagem dos Berços 100 e 103 e retroárea dos berços 100 e 101, no Porto de Itaquí; construção do berço 100 e Alongamento do Cais Sul e Ampliação do Porto, no Porto de Itaquí; recuperação dos berços 101 e 102 do Porto do Itaquí; retomada da construção do Porto de Luís Correia; ampliação e Adequação do Terminal Salineiro no Porto de Areia Branca; construção do Cais para Contêineres – 3ª fase, no Porto de Maceió; início das obras de ampliação do Cais Comercial do Porto de Vitória; Implantação da Avenida Perimetral Portuária do Porto de Santos, na margem direita, fase 1; recuperação e realinhamento do berço 201 do Porto de São Francisco do Sul; reforço do berço 101 do Porto de São Francisco do Sul; execução das Obras e Serviços de Recuperação Emergencial do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba; e prolongamento dos Molhes do Porto de Rio Grande;

ii) Ações Concluídas: dragagem de aprofundamento do canal de acesso e bacia de evolução para 20 m (fase 1), do porto de Itaguaí; e obra de construção da Rampa Roll-on Roll-off no Porto de Vila do Conde; e

iii) Ações em fase de Projeto: construção do Berço 108 do Porto do Itaquí; construção do acesso rodoferroviário à Ilha de Tatuoca/Cocaia e dragagem do canal de acesso e da bacia de evolução no Porto Suape; implantação da Avenida Perimetral Portuária do Porto de Santos, na margem direita – fase 2; implantação da Avenida Perimetral Portuária do Porto de Santos, na margem esquerda; plano de Desenvolvimento e Infraestrutura de Acessos Terrestres do Porto de Santos; e recuperação dos molhes do canal de acesso ao Porto de Rio Grande.